

“O significado histórico do socialismo consiste na libertação do homem e, o socialismo tem uma validade histórica na medida em que representa uma alternativa revolucionária e libertadora: alternativa a miséria, a exploração, a opressão, a injustiça, a mentira e a mistificação, a não liberdade, a falta de dignidade e a humilhação”

KAREL KOSIK
La Nostra Crisi Attuali (1968)



As lutas autogestionárias no leste europeu

Claudio Nascimento



LUTAS ANTICAPITAL

As lutas autogestionárias no leste europeu

Claudio Nascimento

**AS LUTAS AUTOGESTIONÁRIAS
NO LESTE EUROPEU**

Claudio Nascimento

BIBLIOTECA BÁSICA DO
MUNDO DO TRABALHO ASSOCIADO

Claudio Nascimento

**AS LUTAS AUTOGESTIONÁRIAS
NO LESTE EUROPEU**

1ª edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília – 2019

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University - Estados Unidos), Êdi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Mauricio Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

Coordenador da Biblioteca Básica do Mundo do Trabalho Associado: Henrique Tahan Novaes (UNESP)

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Impressão: Renovagraf

Nascimento, Claudio.

N2441 As lutas autogestionárias no Leste europeu /
Claudio Nascimento. – Marília: Lutasanticapital, 2019.
97p. (Biblioteca Básica do Mundo do Trabalho associado)
Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-53104-25-9

1. Participação dos empregados na administração da empresa – Europa, Leste. 2. Cooperativismo. 3. Trabalho – Aspectos sociais. 4. Comunismo. I. Título.

CDD 306.36

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição – maio de 2019

Editora Lutas anticapital

Marília –SP

edlutasanticapital@gmail.com

www.lutasanticapital.com.br

Sumário

| | |
|---|----|
| 1 Introdução: o ciclo de lutas autogestionárias no Leste europeu..... | 7 |
| 2 Iugoslávia: a autogestão como sistema histórico..... | 15 |
| 3 A Revolução na Hungria, 1956..... | 49 |
| 4 Tchecoslováquia: a Revolução dos “conselhos operários”..... | 79 |
| 5 Polônia: as lutas operárias na década de 1970 e a construção da rede pela autogestão..... | 91 |
| Sobre o autor..... | 97 |

1 Introdução: o ciclo de lutas autogestionárias no Leste europeu

Este Livro de Bolso analisa – de forma sintética – o ciclo de lutas autogestionárias no Leste europeu. Originalmente foi publicado com o título “Leste europeu: a dialética da ‘revolução passiva’” e faz parte do meu livro “Do Beco dos Sapos aos canaviais de Catende” (Marília: Editora Lutas anticapital, 2019).

Os vários ciclos de lutas operárias no Leste europeu exigem uma certa caracterização deste processo de ‘longa duração’, pois inicia-se nos anos 1950 e vai até a década de 1980. O *socialismo estatal burocrático*, implantado no leste europeu no pós Guerra, foi diversas vezes contestado de forma radical pelos trabalhadores. Desde 1953, ano da morte de Stalin, até a revolução do Solidarnosc polonês, em 1981 e a queda do Muro de Berlim, em 1989.

As lutas operárias se expressaram através de greves gerais, revoltas e revoluções. Podemos assinalar uma onda de longa duração marcada por estas lutas:

1953 - greves na Alemanha oriental e na Tchecoslováquia.

1956 - revoluções na Hungria e na Polônia.

1968 - revolução dos conselhos na Tchecoslováquia.

1970 - revoltas na Polônia.

1977 – revoltas na Polônia, sindicatos livres na URSS e Romênia, oposição na Tchecoslováquia.

1980 – revolução na Polónia.

1989 – rebeliões populares no conjunto do leste da Europa.

Como caracterizar estes processos? Quais os elementos de unidade e de diversidade? Partindo de análises de militantes e teóricos do próprio leste, tentemos trabalhar alguns conceitos.

Inicialmente, a Reforma: é entendida como mudanças políticas, económicas e estruturais no contexto do leste; reforma não significa retorno ao capitalismo; ela pode evoluir em dois sentidos, que se confundem durante um certo período:

- Liberalização - processo que se origina e que é dirigido exclusivamente ‘do alto’; a direcção do PC decide o momento em que o povo ou o país está maduro para certas reformas; a iniciativa encontra-se nas mãos do grupo dirigente;
- Democratização - processo envolve o grupo dirigente, mas que começa pela pressão da base, que tem a iniciativa; os trabalhadores defendem as mudanças propostas pela direcção do PC, mas formulando suas próprias reivindicações e pressionando por sua realização.

Inicialmente, reivindica-se reformas limitadas, em seguida, transformações institucionais que garantam o controle popular sobre o Estado. Neste caso, as mudanças atingem a natureza do modelo estatal de socialismo: o monopólio político do PC, a estatização dos meios de produção, a censura, o

sistema de ‘correia de transmissão’, a dependência frente à URSS. Este processo pode ser chamado de “Revolução Política”.

Em resumo, REFORMA é um termo marcado pela iniciativa do poder e procede ‘do alto’, com tendência a manter o ‘status quo’, e, para tal, busca o apoio passivo dos trabalhadores e cidadãos.

Já a REVOLUÇÃO, procede ‘de baixo’ e, no seu início, é desprovida de objetivos gerais claramente definidos; supera esta fase inicial ao criar novas formas de organização ou socialização antagônicas à ‘velha ordem’.

Além destas 2 vias, podemos falar de outra ‘revolução’ que visa substituir o sistema ‘socialista’ pelo capitalismo; na verdade, uma ‘Contrarrevolução’. Quando, trata de assegurar o ‘status quo’, estamos diante de uma “Normalização”, como ocorreu na Hungria e na Polônia, em 1956 e na Tchecoslováquia, em 1968.

Em relação às formas de luta, as experiências do leste europeu podem ser classificadas em 5 blocos:

REVOLTAS, tendo por causa a carência de bens de consumo, aumento nas normas de trabalho, reformas fiscais, aumento dos preços básicos. Por exemplo: Berlim-Alemanha oriental, em 1953; Pilsen, Tchecoslováquia, em 1953; Poznan, Polônia, em 1956; Novatcherkasek, URSS, em 1962; Vale do Zhill, Romênia, em 1977.

Foram manifestações espontâneas e amadurecidas no interior destes países pelo desespero das suas

populações; não-ideológicas e limitadas no tempo e no espaço. Podemos caracteriza-las como “ensaios de tempestades futuras”. Terminaram sob intensa repressão.

TIPO REVOLUÇÃO Húngara, em 1956. Movimento total e radical, questionando e derrubando o regime vigente; obra das massas trabalhadoras, com opções ideológicas variadas. Seu ponto principal foi a ‘auto-organização’ dos trabalhadores em conselhos.

TIPO SOLIDARNOSC, Polônia, em 1980-81; resultado de dezenas de anos de lutas. Sua marca característica foi também a ‘auto-organização’ dos trabalhadores em conselhos e com base autogestão social.

TIPO PERESTROIKA e “revoluções democráticas” em 1989. Na URSS, por iniciativa do grupo dirigente do PCUS. No leste, as revoluções democráticas tiveram ampla participação popular, enquanto luta por cidadania e não como classe; talvez, as exceções sejam Tchecoslováquia e Polônia, onde houve uma participação maior dos trabalhadores enquanto classe. Exceto na Romênia, as demais foram ‘revoluções de veludo’, pacíficas.

No seu conjunto, assinalaram o esgotamento histórico do ‘socialismo estatal’. Segundo Ernst MANDEL, combinaram agitações típicas da “Primavera de Praga” com as do Maio europeu de 1968.

As experiências do ‘socialismo estatal’ surgiram de “revoluções passivas” (Gramsci), ou seja, “revolução sem revolução”. Neste sentido, os regimes do leste podem ser chamados de ‘ditadura sem hegemonia’.

O corolário destas ‘revoluções passivas’, foi definido pela práxis dos trabalhadores, em diversos momentos: alguns destes momentos foram verdadeiras “revoluções ativas de massa”, ou “revoluções anti-passivas”.

Quais são as características principais destas formas de revolução? A revolução ativa democrática e de massa:

1. os trabalhadores se revoltam contra o que é visto como “seu Estado”; reinventam formas radicais de democracia em todas as frentes de luta (política, econômica e cultural);
2. a classe operária torna-se o ator central e decisivo do processo de democratização socialista;
3. os trabalhadores defendem amplas liberdades, criticam e abolem os privilégios da ‘nomenclatura’, criam novas formas de democracia de base (conselhos, comissões), autonomizam a sociedade civil em relação ao Estado, criam elementos de autodefesa, destroem o velho sistema sindical estatal, iniciam a revolução cultural e ética do cotidiano.

No sentido de Castoriadis, “As coisas são ainda mais claras quando vemos, não a ‘revolta’, enquanto explosão e destruição da velha ordem, mas a ‘revolução’, enquanto atividade auto organizada visando a instituição de uma ordem nova”.

A sistematização das experiências históricas no leste, nos mostra que estes elementos estiveram presentes, total ou parcialmente, em varias das lutas dos trabalhadores. Destacamos 3 desses momentos ‘críticos da história’, como ‘revoluções ativas de massa’:

- A Revolução na Hungria, em 1956
- A Revolução dos conselhos na Tchecoslováquia, em 1968
- A Revolução do Solidarnosc na Polônia, em 1980-81

Podemos assinalar que o processo polonês de 1980-81, foi uma ‘revolução ativa de massa’; posteriormente, derrotada pela ‘normalização’ com a decretação do ‘Estado de Guerra’ (dezembro 1981). Por sua vez, o processo polonês iniciado em 1989, com a ‘mesa redonda’ de negociações (entre a Igreja, O POUP e as Forças Armadas) e as eleições de julho desse ano, significou uma ‘reforma pelo alto’.

Em 1965, os poloneses Jacek KURON e Karel MODEZELEVSKY, após saírem da prisão, divulgaram um documento intitulado Carta aberta ao Partido Comunista da Polônia (POUP). Tratava-se de uma Plataforma para as lutas anti-burocráticas no leste europeu que só encontraria paralelo na obra do tchecosvasco Rudolf Bahro, “A Alternativa. Para uma crítica do socialismo real”, publicada em 1977 e que custou uma condenação o de 8 anos de prisão para seu autor.

Em 1969, Kuron foi condenado a 3 anos de prisão e Modezlevski a 3 anos e meio. Em resumo, a carta propõe:

- Supressão da propriedade burocrática dos meios de produção. Que a classe operária organize seu controle do trabalho;
- Controle das condições e objetivos do trabalho nas fábricas pelos Conselhos Operários;
- Os Conselhos operários enviaram Delegados operários em nível nacional: estes delegados (eleitos, revogáveis) deverão ser a armadura do Estado proletário;
- Pluralidade dos partidos. Supressão da censura. Não ao regime parlamentarista atomizando a opinião;
- Sindicatos independentes do Estado. Direito efetivo de greve econômica e política;
- Instrução geral operária articulada à produção;
- Não a armada regular permanente, nem polícia política. Milícia operária subordinada aos Conselhos;
- As empresas agrícolas do Estado devem proceder à uma industrialização rural progressiva.

Pierre Naville aponta 3 pontos da revolução política do Estado: supressão da propriedade burocrática dos meios de produção. Naville dá outra tradução: reapropriação dos meios de produção pelos conselhos operários, isto é, supressão da propriedade estatal do aparelho produtivo. Esta reapropriação pode ser de vários modos (inclusive o sistema de autogestão iugoslavo) de todos modos, ela pressupõe uma política permanente de controle operário e uma nova forma de planificação. A organização da estrutura do Estado proletário por uma pirâmide de Conselhos de trabalhadores, a eliminação do parlamento fictício, e a abolição da ditadura do partido único. O terceiro ponto, chave de tudo: é inútil pensar que um país ou uma sociedade possa viver sem poder burguês capitalista na ausência de partidos políticos e de associações organizadas. O jogo das estruturas transitórias do Estado só ocorrerá na medida em que os partidos socialistas são livres de agir, nos Conselhos ou noutros espaços. Isto supõe que os partidos, jamais o partido único, não tenham um monopólio na direção do estado, constitucionalmente ou não... Isto significa que os partidos são apenas um elemento na prática das opções feitas sob diferentes formas pela população.

2 Iugoslávia: a autogestão como sistema histórico

Os primeiros passos e os pressupostos da autogestão na Iugoslávia foram criados durante a insurreição popular da guerra de libertação (1941-1945), que criou novos órgãos revolucionários do poder: ‘os comitês populares de libertação’. Estes ‘comitês populares’, com uma dinâmica de ‘democracia direta ‘ e de ‘autogoverno’. Eram responsáveis pela gestão dos bens e da economia pública dos territórios liberados. Já na época da guerra de libertação, a gestão das fábricas era feita pelos trabalhadores; por exemplo, a fábrica de antimônio de KRUPANJ, uma cidade do território liberado da Servia ocidental, em setembro de 1941, por decisão do comitê popular, foi eleito um ‘conselho operário de fábrica’, que geriu com sucesso a fábrica, até a retomada do território pelos alemães. Foi um exemplo único de autogestão operária na Europa ocupada.

Em seguida, outras fábricas em territórios liberados, a Uzice, a Cacak, passaram por experiências de autogestão.

O sistema iugoslavo de autogestão foi se constituindo aos poucos, por etapas. Os autores iugoslavos assinalam 5 fases principais:

- 1949-1953
- 1953-1963
- 1963-1974

- 1974-1978
- 1978-1983

Vejamos as características principais de cada uma destas etapas.

Primeira Etapa (1949-1953)

Esta primeira etapa abrange os inícios, modestos, da autogestão: a formação dos ‘conselhos operários’ nas fábricas estatais e, as primeiras mudanças no sistema econômico, de administração centralizada, com o objetivo de criar os espaços para o desenvolvimento das relações de autogestão.

Os primeiros ‘conselhos operários’ foram formados a partir da Instrução do Tribunal econômico federal e dos Sindicatos, dezembro 1949, que, apesar de manter as posições do ‘diretor de empresa’ e do sindicato, já assinalava o ‘conselho operário’ como o principal órgão de gestão:

“Os coletivos de trabalho realizam a gestão por meio dos conselhos operários e dos comitês de direção de empresa”. Os conselhos eram eleitos por todos os trabalhadores (operários e técnicos) com base no voto secreto. A partir de uma lista de candidatos apresentada pelo sindicato ou por um grupo de operários; inclusive, existia a possibilidade de revogação de mandatos.

O conselho operário podia contar, nas grandes empresas, de 15 a 120 membros; nas pequenas empresas, com menos de 30 trabalhadores,

o conselho era formado pelos 30 trabalhadores. Por sua vez, o ‘comitê diretivo da empresa’ (3 a 11 membros), era eleito e podia ser revogado pelo ‘conselho operário’.

As primeiras eleições para os conselhos operários foram realizadas entre agosto e outubro de 1950. As atividades dos conselhos de autogestão se davam ainda no quadro do sistema de direção estatal da economia.

Nesta primeira fase, a posição autogestionária dos trabalhadores nas empresas foi articulada com mudanças no sistema econômico e na vida política. Assim, no V Congresso do PCY, em 1952, foi decidido sua transformação em “Liga dos Comunistas”. Esta mudança de nome tinha por conteúdo a vontade política de impedir o processo de burocratização dos aparatos do Partido e do Estado. Gradualmente, foi abandonada a estrutura hierárquica de direção estatal da economia. Vários ministérios foram abolidos e transformados em conselhos (órgãos estatais).

Em 1952, a nova lei sobre os ‘comitês populares’, organismos de base do poder, ampliou a área do autogoverno local e abriu espaços para descentralização em níveis econômico e político.

Em 1953, foi a vez da nova Constituição que fornecia as bases constitucionais a autogestão e as novas transformações sociais. A nova Constituição ampliou os espaços de autogestão dos trabalhadores: introduziu o “Conselho de produtores” (eleito pelos trabalhadores organizados em forma autogestionária por ramo de produção) que funcionava como uma

‘segunda Câmara’ do máximo corpo representativo (assembleia) em níveis de distrito e comunas. Desta forma, reforçava-se o influxo político direto do trabalho associado, organizado em forma autogestionária, no conjunto da sociedade.

Segunda Etapa (1953-1963)

Esta etapa se caracterizou por mudanças sociais profundas e rápidas, tanto na esfera política quanto na econômica. Abarcaram 4 direções.

A primeira direção diz respeito à extensão da autogestão a novos setores do trabalho e da vida social, que estavam fora do campo da autogestão na primeira etapa. Em 1944, a autogestão operária foi ampliada ao setor das ferrovias, aos correios, telégrafos e telefones, e, também, aos serviços públicos, tais como transportes urbanos, limpeza urbana, água. Em nível municipal, os órgãos do poder local (comitês populares) podiam intervir nas atividades da Empresa do setor (por exemplo, aprovação de preços nos transportes urbanos). Um controle social também operava em outras empresas. Assim, surgiram os “Comitês dos consumidores”, relativos às empresas do comércio em varejo e, os “Conselhos editoriais” nas empresas jornalísticas e editoras.

Portanto, a autogestão se estendia a vários setores da ‘atividade social extra econômica’. Este processo tinha como base jurídica a Constituição de 1953. Seu artigo 4, garantia a ‘autogestão do povo

trabalhador nos setores da educação, da cultura e dos serviços sociais”. As escolas, os hospitais, as instituições culturais e científicas, transformavam-se em organização do trabalho autogerido, em que todos os trabalhadores decidiam sobre a organização do trabalho, os salários, a política de desenvolvimento e elegiam os seus próprios órgãos de autogestão.

Os órgãos de autogestão nesta área dos serviços sociais (comitê, conselho) eram compostos por membros de dois tipos: os que eram eleitos pelos trabalhadores do serviço em questão, e os que eram delegados das instituições ou dos cidadãos interessados.

Todavia, estes organismos dependiam diretamente de financiamentos estatais, o que limitava a base material do desenvolvimento da autogestão. Para superar estes limites, foram criados ‘fundos financeiros’ autônomos. Estes ‘fundos’ eram dirigidos por comitês compostos por representantes dos trabalhadores dos serviços em questão, de cidadãos interessados e de representantes de toda a comunidade.

A segunda direção do desenvolvimento da autogestão foi constituída pelo aprofundamento das relações autogestionárias, pela descentralização e democratização do processo de tomada de decisões no interior das empresas e da organização do trabalho. O artigo 126, da “Lei sobre as relações de trabalho”, janeiro 1958, estabelecia que “os coletivos de trabalhadores decidem autonomamente as contratações e as demissões e outras questões

relativas ao estatuto do trabalhador”.

A terceira direção reforçou a independência da empresa e da extensão dos direitos dos coletivos de decidirem sobre a renda produzida. Este processo foi lento. Contudo, o monopólio estatal permaneceu intacto em relação ao direito de dispor da reprodução ampliada (investimentos). Em 1957 e 58, novas leis ampliaram os direitos dos coletivos de trabalho.

Em 1957, foi realizado o primeiro Congresso dos ‘conselhos operários’ da Iugoslávia, que trouxe um forte impulso à autonomia da empresa e a poder dos trabalhadores. Lei de 1961, significou outro grande passo: a repartição da renda entre a fábrica e a comunidade social, afastando os órgãos do Estado deste campo. Os fundos da empresa ficam subdivididos em: fundo de gestão, fundo de reserva e fundo de consumo coletivo.

O Estado ainda controlava e regulava os preços de 70% dos produtos e, todo o comércio exterior.

A quarta direção investia no setor da organização política, buscando democratizar o sistema político: ampliação do ‘autogoverno local’ e transformação em todo o sistema de decisões políticas. Em 1955-56, ocorreram mudanças no campo das ‘comunidades’, comunidades sócio-políticas (território), buscando articular os interesses pessoais dos trabalhadores com os interesses coletivos de toda a comunidade. No nível da comuna, poderia haver uma participação real dos trabalhadores-autogeridos nas decisões políticas relativas aos interesses coletivos

e sociais.

Nesta perspectiva, a descentralização tirava ‘negócios’ do Estado e transferia para as comunas; associações de comunas substituíam o centralismo da hierarquia estatal; os ‘distritos’ transformaram-se em ‘consórcios de comunas’. Assim, a maior parte da ação estatal frente às empresas e das instituições de autogestão, passou para competência da comuna e, sobretudo, para competência comunal e do seu conselho de produtores.

Terceira Etapa (1963-1974)

Esta etapa apresenta uma grande mudança em todo o sistema socioeconômico e político. A base principal foi o esforço, para por em mãos dos trabalhadores, o controle direto do trabalho associado com base na autogestão, de todo o ‘capital social’. Na verdade, o sistema socioeconômico iugoslavo apresentava, ainda nesta época, um dualismo: de um lado se desenvolvia a autogestão nas fábricas e nos serviços sociais e, de outro lado, a gestão dos meios destinados a reprodução ampliada permanecia nas mãos dos órgãos do Estado, sobretudo, em nível Federal.

Em 1961, surgiram tendências econômicas negativas: queda da taxa de desenvolvimento (antes tinha sido a maior do mundo), queda da produtividade, baixo grau de utilização do potencial produtivo. O monopólio estatal sobre a gestão dos meios de reprodução ampliada foi apontado como

causa destes fenômenos: O 5º Congresso da União dos sindicatos do país (1964) e o 8º Congresso da LCY, dedicaram todo o tempo a discutir as mudanças do sistema econômico e o papel do trabalho associado no campo da reprodução ampliada.

Assim, em 1964, houve avanços no sentido da “desestatização” da gestão do ‘capital social’: abolição dos fundos de investimento da comunidade sócio-política (Estado) e a transferência de seus recursos para os BANCOS, que foram transformados em órgãos econômicos autônomos e autogeridos. Em 1965, foi a vez da ‘reforma econômica’, que trouxe mudanças importantes. Por exemplo, em 1961, as organizações econômicas dispunham diretamente do 29,5% dos meios destinados aos investimentos fundamentais, os 7,9% era gerido por instituições e 0,9% pelos bancos. A maior parte dos meios de investimento era administrada pelo Estado: os fundos de investimento da comunidade sócio-política (federação, república, regiões e comunas) compreendiam 61,7% de todos os meios financeiros destinados aos investimentos.

Dez anos depois (1971), este quadro mudou radicalmente: as organizações geriam 26,8% dos meios de investimento, as instituições 7,1%, os bancos 50,9%, enquanto a incidência da comunidade sócio-política caiu para 15,2%. Assim, os bancos passavam a ter a gestão da maior parte dos meios de investimento.

Em relação a autonomia nas empresas, houve mudanças relativas a posição dos quadros dirigentes (diretor) e o direito obtido pelos coletivos de trabalho

para regular de forma autônoma os problemas da organização e da gestão e da direção das empresas. Assim, a lei (1964) sobre as eleições dos órgãos de autogestão na organização do trabalho introduziu a reeleição obrigatória do diretor a cada 4 ou 5 anos.

Em 1968, ocorreram emendas a Constituição que introduziram mudanças radicais na autogestão. Os coletivos de trabalho passaram a estabelecer autonomamente a estrutura, a modalidade de eleição, a duração do mandato, as funções e as competências dos órgãos de autogestão. Toda organização do trabalho associado era obrigada a eleger seu conselho operário. Nesse contexto, a partir de 1965, surgiram a partir das experiências dos operários, novas formas de associações autogestionárias entre as diversas esferas do trabalho social: a “Comunidade de Interesse Autogerido”, substituindo os órgãos estatais.

Vários aspectos da reforma econômica não favoreceram os trabalhadores. Por exemplo, a empresa autogerida, obrigada a créditos bancários para os investimentos, se encontrou dependente dos bancos. Os bancos, formalmente autogeridos, na prática estavam submetidos aos fatores políticos (funcionários estatais e diretores de grandes empresas). Formou-se centros independentes e com grande poder econômico, um tipo de ‘capital financeiro’, sem controle social e autogerido. Assim, o poder arbitrário dos grandes bancos, junto com outros fatores, minava as relações de autogestão. O desequilíbrio no grau de subdesenvolvimento econômico de algumas regiões do país, a posição do banco central, propiciavam o

surgimento de descontentamento e conflitos de interesses regionais e nacionais.

No próprio campo do trabalho, reforçou-se a posição e influência da ‘tecnoestrutura’, dos grupos empresariais profissionais, usurpando os direitos autogestionários.

Nos primeiros anos da reforma econômica (1965-1971), a usurpação tecnocrática dos direitos de autogestão encontrou expressão na organização social e no plano social. Estes problemas levaram a um processo que terminou com uma nova Constituição em 1974.

Neste sentido, no 2º Congresso dos Autogestores do país (maio 1971), a classe operária organizada na autogestão, demonstrou o apego à linha do desenvolvimento social fundado na ideia da autogestão, como sistema global de organização da sociedade socialista.

Quarta Etapa (1974 -1978)

Esta etapa tem por características principais os esforços para viabilizar estrategicamente o sistema de autogestão, expressos na nova Constituição (1974) e na “Lei do Trabalho associado” (1976). Na fase anterior, estes esforços esbarraram e foram quase anulados pelo poder reforçado da tecnocracia nas empresas e em outros níveis da sociedade.

A luta de classes pressionava no sentido de uma resolução deste dualismo. Desta disputa, surge o conceito de ‘Organização de Base do Trabalho

Associado” (OBTA), que suprimia algumas ambiguidades no campo jurídico do conceito de ‘fábrica’ (que subentendia uma estrutura hierárquica, separação da função de gestão da função de produção, etc).

Os organismos dirigentes das OBTA eram constituídos com base no ‘princípio de delegação’. Dados do “Anuário estatístico da Iugoslávia” de 1978, indicam que , em 1977, existiam no país, 16.402 “organizações de base do trabalho associado” que faziam parte de mais de 2 .000 organizações de trabalho com duas ou mais organizações de base; existiam outras 14.785 organizações de trabalho, que por seu tamanho ou por circunstâncias, não eram compostas de OBTA.

O elemento fundamental de todo o sistema político-social é que este novo sistema não se funda mais no cidadão, entendido como individuo isolado ou como eleitor que transfere a outros o direito de decisão, mas se funda sobre o trabalhador-autogestor. Este trabalhador-autogestor pode exercer seu poder diretamente no âmbito do seu mais próximo ambiente de vida e de trabalho associado, em qualidade de habitante de bairro, na comunidade de habitação autogerida, e, na qualidade de individuo com uma base social organizada, satisfaz sua própria necessidade e também dos familiares nos setores da cultura, da educação, da saúde, etc. e, na comunidade de interesse autogerido.

A introdução do sistema de delegação criou uma vasta rede de delegados eleitos, em diversos

níveis e organizações. O monopólio detido pelo Partido e pelo estado cede cada vez mais espaço ao pluralismo dos interesses autogestionários organizados, os quais se incluem diretamente no processo decisório em todos os níveis sociais.

Este ‘sistema de delegação’ abre a perspectiva de uma completa socialização do sistema político, de uma substituição sempre maior da estrutura estatal. O ‘esqueleto institucional’ do ‘sistema delegação’ é o seguinte:

a) As delegações são constituídas por trabalhadores eleitos com o objetivo de realização de forma direta dos próprios direitos, deveres e responsabilidades, na esfera da ‘assembleia da comunidade sócio-política’, formada por:

- organização de base do trabalho associado e na coletividade de trabalho;

- cooperativas camponesas e artesãs;
- coletividade de trabalho dos órgãos estatais;
- na comunidade de moradia;
- na organização sócio-política.

b) Os delegados são eleitos por suas organizações e comunidades;

c) A assembleia da ‘comunidade sócio-política’ é composta por órgãos do autogoverno e constituem o máximo órgão do poder no âmbito dos direitos e dos deveres da correspondente comunidade sócio-política.

Conforme os aspectos principais (produtivo-trabalho, territorial, político) da organização autogestionária dos trabalhadores, cada assembleia das comunas, da república e das regiões autônomas, é composta por:

- do conselho de trabalho associado, que é o conselho dos trabalhadores da organização de base do trabalho associado e de outras organizações ou comunidades autogeridas;

- do conselho sócio-político, que é o conselho dos trabalhadores e dos cidadãos reunidos na organização sócio-política;

- o conselho da comunidade de moradia (na assembleia das comunas), que é o conselho dos delegados dos trabalhadores da comunidade de moradia.

Enfim, desta mesma 'base delegatória', nascem a 'assembleia das comunas', a 'assembleia das regiões autônomas', a 'assembleia da república' e, a 'Assembleia da República Socialista da Federação Iugoslava'. Todas são constituídas com base no mesmo princípio e formadas por 3 conselhos. Só a Assembleia da RSFY, é formada por dois conselhos: o conselho federal e o conselho das repúblicas e regiões autônomas.

Este 'sistema de delegação' deveria representar uma forma de constituição e de ação dos órgãos de decisão política, diferentemente do sistema da democracia parlamentar político-representativa, e mais próximos da expressão direta e autêntica dos interesses históricos da classe operária e do trabalho

associado.

Autogestão nas empresas

Em todas as empresas há 2 estruturas fundamentais: os órgãos de autogestão e os órgãos de execução. Os de autogestão, representam a estrutura de decisão e poder; seu órgão principal é o Conselho Operário, eleito pelo conjunto de trabalhadores. É o Conselho Operário que elege o Comitê de gestão; também, elege o Diretor entre os candidatos que se apresentam, após um concurso público. Este Diretor é submetido à reeleição a cada 4 anos.

Nas pequenas empresas é o coletivo dos trabalhadores que assume o papel do Conselho Operário.

Autogestão social

A Constituição iugoslava garante desde 1953, o direito à autogestão fora das empresas: é o que se chama 'autogestão social'; nas empresas é chamada de 'autogestão operária'. No plano social, a autogestão compreende:

- as instituições de gestão social (ensino, saúde, cultura, etc.);
- os serviços sociais (segurança) e os serviços de Estado (bancos, seguros, administração).

A 'autogestão operária' evidentemente, é diferente da 'autogestão social'. Nas empresas, são os operários que criam renda pelo seu trabalho,

enquanto que, nas instituições sociais, os trabalhadores não criam renda. Só podem gerir o orçamento que lhes é atribuído. Há outra diferença: os poderes públicos (município, república e federação) guardam um controle sobre as instituições sociais.

Buscou-se a independência das instituições sociais em relação aos poderes públicos: em 1966, foram criadas as ‘Co-unidades de Ensino’, para tirar o ensino da burocracia do Estado. Estas comunidades eram financiadas de dois modos: por um imposto de renda, cuja importância era fixada pelo Estado e, pelas Empresas, organizações sociais, etc.; utilizavam os serviços de educação ou de formação permanente.

Neste sentido, foi proposto um projeto em 1971, de “Comunidades de Interesse”. Essas comunidades reuniam os trabalhadores de uma instituição social e os que se serviam dos serviços. Nos Bancos, nos seguros sociais e na administração, a autogestão é menos desenvolvida que no ensino e na saúde. Os conselhos e os comitês limitavam-se, de fato, aos problemas de gestão dos empregados e à organização do trabalho.

Autogestão e vida política

A autogestão no campo do poder político traduzia-se de duas maneiras: numa ampla descentralização da vida política e numa tentativa de redefinição das relações entre eleitos e eleitores, representados e representantes.

A Iugoslávia era um Estado federativo, composto por 6 Repúblicas e 2 províncias autônomas, todas usufruindo de uma grande autonomia. As Repúblicas e as províncias, representadas igualmente na Federação, tinham o direito de veto sobre as decisões importantes da Federação. O papel desta limitava-se a política estrangeira e defesa nacional.

A ‘comuna’ representava o elemento de base da autogestão no campo político. É o lugar de coordenação da atividade dos órgãos de autogestão. Para facilitar uma coerência econômica e reduzir a administração abusiva, o número de ‘comunas’ foi bastante reduzido: 500 ‘comunas’.

Em um país descentralizado e atomizado, a LC, garantia, pela centralização e por sua ideologia, significa um elemento de manutenção da segurança social: estava presente em toda parte, através de seus membros nas fábricas, nas comunas, nas instituições sociais, etc. Desta forma, o papel dirigente da LC foi impulsionado junto com o desenvolvimento da autogestão.

A nova Constituição previa um sistema de ‘delegação’, para abolir o sistema clássico de ‘representação’: os deputados eleitos mantinham seus postos de trabalho e eram controlados pelos próprios eleitores.

Para KOLM a nova Constituição Iugoslava se expressará em sua “realização no campo da economia com caráter revolucionário. A empresa desaparece. A entidade fundamental se transforma em “Unidade de Trabalho Associado de Base” (UTAB). Seus

trabalhadores devem encontrar-se fisicamente próximos, e serem pouco numerosos, para que as decisões possam ser tomadas por democracia direta...Várias UTABs se associam em uma Unidade de Trabalho Associado (UTA), que pode ser, por exemplo, uma antiga empresa. Porém, uma UTAB pode pertencer a varias UTA cujas unidades de base utilizem seus produtos ou serviços, ou lhes forneçam os seus. Daí, surge o modelo de Plano. As UTAB estabelecem entre elas, livremente, contratos a médio prazo de subministrar seus produtos, indicando também os preços. O conjunto destes contratos constitui o Plano”.

No conjunto, a autogestão Iugoslava era uma pirâmide de elos e relações desde as unidades de base até o Parlamento. O sistema autogestionário buscava assegurar a influência mais forte dos trabalhadores em relação aos órgãos representativos. A Assembleia federal compreendia 5 ‘câmaras’ ou “Conselhos”; três dos quais eram formados de representantes das organizações autogeridas dos trabalhadores dos principais setores da atividade social (economia, educação e cultura); o quarto ‘Conselho’, eleito diretamente pelos cidadãos, era o das ‘comunidades locais’. Enfim, o “Conselho das Nacionalidades”, composto por deputados eleitos e delegados, pela Assembleia das Repúblicas e das Províncias socialistas.

Uma política de desestatização estava em processo no país. As decisões eram muito descentralizadas em nível de República e comunas.

Assim, o Estado em nível federal não controlava as instituições como ensino e saúde. As empresas eram totalmente autônomas; as comunas eram pequenos estados. Todavia, as instituições ‘sócio-políticas’ (a Liga dos Comunistas, os Sindicatos e a Aliança Socialista) eram fortemente centralizadas.

A estrutura e a concepção de partido (a LC) eram próximas do modelo ‘leninista’ clássico. Esta situação, de um partido centralizado e único, numa sociedade descentralizada, reforçava seu papel de centralizador político. De qualquer forma, diferentemente dos outros países do leste da Europa, onde os PCs se apoiavam numa ampla burocracia, na Iugoslávia, a LC era mais um centro de ortodoxia ideológica do que um aparato burocrático.

Alguns dados oficiais indicam que, no início dos anos 1970, havia 11.000 conselhos operários, com um total de mais de 220.000 membros (170.000 operários e 50.000 funcionários). Cerca de 50% eram mulheres e jovens. Contava-se mais de 1 milhão de pessoas que tinham passado pelos órgãos de autogestão operária.

Para 1964, no setor socializado havia 3.668.000 empregos, em que 1.362.000 na indústria de manufatura, 376.000 na construção e 346.000 na agricultura. Em 1961, no setor privado, a agricultura tinha 4.551.000, cifra que diminuía progressivamente. O ganho mensal dos operários na indústria em 1963 era de 28.000 dinares, as calorias por habitante eram de 3.116. De 1953 a 1963, 1.600.000 trabalhadores foram integrados na produção.

Pierre Naville realizou trabalhos importantes sobre a autogestão na Iugoslávia. Sobretudo, no que diz respeito ao poder dos trabalhadores, suas greves e a questão salarial. Partindo do estudo do iugoslavo N. Popov “As greves na sociedade iugoslava contemporânea” (Belgrado, 1969), apresentado nos debates na “Conferência Internacional sobre Auto-gestão e Participação” (Dubrovnik, 1972), Naville nos fornece um ‘quadro’ das greves no país. A primeira greve ‘reconhecida’ e admitida ocorreu de 13 a 15 janeiro 1958, quando cerca de 4.000 mineiros de Trborlje e de Hrastovik, na Eslovênia, operários, técnicos, engenheiros e empregados, entraram em greve para protestar contra o baixo nível das rendas; nas minas de Pagorje de carvão de Savi, 1.200 operário fizeram greve de um dia em solidariedade. Eis os dados:

| Ano | Nº de greves | % | nº de grevistas |
|----------------|---------------------|----------|------------------------|
| 1958 | 28 | 1,6 | - |
| 1959 | 35 | 2 | - |
| 1960 | 61 | 3,5 | - |
| 1961 | 130 | 7,4 | - |
| 1962 | 225 | 12,8 | - |
| 1963 | 213 | 12,2 | - |
| 1964 | 271 | 15,5 | 11.000 |
| 1965 | 231 | 13,2 | 9.000 |
| 1966 | 152 | 8,7 | - |
| 1967 | 118 | 6,7 | 16.762 |
| 1968 | 148 | 8,5 | 19.206 |
| 1969 (8 meses) | 138 | 7,9 | 21.629 |
| Total | 1.750 | 100 | 77.597 |

70% dos conflitos surgiram na Servia, na Croácia e na Eslovênia, as repúblicas mais industrializadas da Federação Iugoslava. E, entre 27 ramos de produção, a metalurgia, o têxtil e florestal, agrupam mais da metade das greves (240 sobre 512), são os ramos em que os salários ficam abaixo da escala de rendas.

Dados de greves por ramo na Federação Iugoslava

| Ramo de Produção | Nº de Greves | % | Nº de Grevistas |
|-------------------------|---------------------|----------|------------------------|
| Metalurgia | 123 | 24,50% | 14.623 |
| Têxtil | 55 | 10,8% | 13.823 |
| Florestal | 62 | 12,2% | 6.781 |

80% das greves ocorrem com a participação de membros dos conselhos operários, dos comitês de gestão e de outros órgãos da autogestão. A principal causa imediata das greves é relativa à renda.

Dados sobre causas das greves

| Causas | Nº de greves | % | Nº de grevistas |
|---|---------------------|----------|------------------------|
| Renda baixa | 134 | 26,6 | 19.049 |
| Organização do trabalho - Subdesenvolvimento da autogestão | 67 | 14,9 | 10.423 |
| Diferenças abusivas de renda | 164 | 36,4 | 20.472 |
| Más condições da atividade e posição ruim no mercado | 202 | 90,6 | 32.120 |

Naville estuda as relações de trabalho no sistema de autogestão da Iugoslávia, para chegar a algumas conclusões sobre a questão fundamental: “a força de trabalho deixa de ser um valor de troca?”. Esta questão é subjacente ao grande debate iniciado em 1943, na URSS, pelo economista Leontiev, sobre o “Mercado Socialista”. O autor elogia a coragem dos iugoslavos relativos aos dados sobre “conflitos de classes”, fornecidos pelos sindicatos: pela primeira vez há dados sobre greves no leste europeu. Geralmente, estes movimentos são camuflados sob nomes como “interrupções de trabalho”, “conflitos”, “sabotagens”.

Partindo de um estudo de Neca Jovanov sobre a *relação entre a greve como conflito social e a autogestão como sistema social*, apresentado na Conferência Internacional sobre Autogestão e Participação, (1972), Naville tira algumas conclusões. Os motivos que produziram as explosões de Gdansk e

Szezcin na Polônia (em 1970), são também os motivos que levaram a onda de greves iugoslavas.

As greves surgiram e se desenvolveram com o aumento numérico relativo e absoluto da classe operária, com sua concentração crescente, e com o desenvolvimento das relações de autogestão. Em 1972, os operários (setor econômico) eram 4 milhões de pessoas, crescendo cerca de 200% em relação a 1950. O setor 'não-econômico' aumentou ainda mais, de 22%, mesmo que sua grandeza absoluta seja inferior. A parte da população agrícola na população total recuou de 60,7% para 36% de 1953 à 1971, com fortes diferenças segundo as regiões: de 18% na Eslovênia à 50,1% na província de Kosovo. Devemos ajuntar um forte contingente de desempregados (320.000 em 1970), e de trabalhadores que saíram do país (mais de 800.000 em 1970).

As greves não são contra a autogestão, mas devido as suas condições sociais e materiais. O sistema de autogestão e de gestão social-estatal comporta uma dupla oposição: entre categorias de operários (e assalariados em geral), e entre o conjunto dos operários e o aparelho burocrático do Estado. O que se revela abertamente na Iugoslávia é justamente o que se oculta na URSS”, conclui Naville.

Naville analisa a estrutura de poder:

A autogestão é constituída por coletivos de trabalho na base, através de mecanismos de representação e órgãos de decisão autônomos. Entretanto, à estes centros de decisão primários (base) se superpõem outros, de natureza regional (República) ou federal, que têm o controle do poder do Estado sob a forma de mecanismos econômicos centrais, sobretudo, bancários e de planificação; instituições políticas (assembleias parlamentares) e os órgãos de segurança, sem contar o poder do partido (liga dos comunistas).

Assim, “Longe de trabalhar indistintamente para sociedade, o assalariado continua a trabalhar, ao mesmo tempo, para ele mesmo, para outros, mesmo que sejam outros assalariados. A exploração subsiste, mas sob uma nova forma que chamamos de Exploração Mútua”. Esta é a tese de Pierre Naville sobre a questão do valor de troca nos socialismos de Estado.

Enfim: “Um modo particular de exploração, a ‘exploração mútua’, existe ainda nos regimes de socialismo de Estado, mesmo que, como é o caso da Iugoslávia, haja sido iniciado um corajoso processo de autogestão”. Analisando o quadro de greves:

Quem são principalmente os grevistas? Os operários da produção. Quem são seus

adversários? Segundo os casos, diretamente ou não, os quadros dirigentes ou outras categorias de trabalhadores. Porque fazem greve? Antes de tudo, para defender e melhorar seus salários, que na Iugoslávia se chama de “renda pessoal”.

O filósofo do grupo “Práxis”, Mihailo Markovic assinalou as três contradições que atravessavam as experiências da maioria dos países do Leste europeu:

1ª) subsiste um conflito permanente, frequentemente latente, entre a burocracia reinante e o povo dos trabalhadores sem poder;

2ª) há uma guerra constante entre as diferentes camadas e frações da burocracia;

3ª) enfim, manifestam-se sempre, apesar dos esforços do poder central para exercer seu controle absoluto sobre os grupos de direção nas repúblicas nacionais no plano local e regional, as tentativas destas repúblicas para ampliar a autonomia e o poder em seu próprio solo, o que desenvolve de uma parte, as tendências de secessão, de orientação particularista, e de outra parte, contramedidas centralizadoras: campanhas contra as minorias nacionais, depurações, intervenções militares, que assumem no cenário internacional um caráter claramente imperialista”.

Na mesma perspectiva, Markovic, analisando ‘as contradições internas dos Estados de constituição socialista’, em 1975, já assinalava os perigos destes ‘conflitos nacionais’:

Uma outra evolução desfavorável porque retrograda, seria a modificação do caráter da oposição: se ela substitui o conflito social não resolvido por seu sucedâneo o conflito nacional (...). Façamos um breve parêntesis: em agosto de 1989, Jacek Kuron, militante da oposição polonesa, em sua residência na rua Comuna de Paris, em Varsóvia, nos falava sobre o que ocorria naquele momento no Leste e na própria Rússia. Exatamente, nos dizia que as contradições nacionais já tinham superado as contradições sociais, e que a situação era incontrolável. Com estilo irreverente, concluía: vai ser uma merda! Infelizmente, e mais uma vez em sua vida, Kuron acertou!

Continua Markovic:

As raízes destes conflitos são múltiplas: tradições históricas, injustiças come-tidas, disparidade hereditária em nível do desenvolvimento, desempenham um certo papel. Mas, o fator predominante para nós, é o papel da burocracia no surgimento das tendências nacionais dentro das federações multinacionais.

As burocracias da federação, assim como a das unidades nacionais, são responsáveis do crescimento das forças nacionalistas: a burocracia central, baseada no centralismo

único, do tratamento uniforme e não diferenciado de todas as unidades nacionais e no direito do poder central de intervenção (...). A burocracia nacional condena o nacionalismo mas tende ao mesmo tempo a favorecê-lo.

Em sua análise dos ‘cinco comunismos’, G. Martinet assinala as contradições existentes dentro do PC e do sistema político: “Tudo provem da crescente autonomia de que dispõe cada partido nacional (sérvio, croata, esloveno, montenegrino, bosniano e macedônio), sendo esta autonomia a consequência da política de descentralização econômica. Não existem no seio do Governo e do Parlamento iugoslavos tendências de direita e tendências de esquerda, mas sim uma fração croata, uma fração servia, uma fração macedônia, etc. que defendem posições diferentes, segundo os interesses das repúblicas que representam... o pluralismo introduziu-se no partido, mas pela via étnica”.

Após a morte do marechal Tito (1980), todos os problemas se agravariam de forma incontrolável. Yvon Bourdet e J. Pluet, em artigo na revista “Autogestions” (n.4 – 1980), traçaram os cenários possíveis:

Reconhecimento de que a estruturação atual dos poderes em todos os níveis tornará impossível o retorno à um poder fortemente autoritário e a Iugoslávia se engajará no caminho de uma profunda liberalização

utilizando todo o potencial do sistema autogestionário, com todos os riscos que este caminho provocara em forças que resistirão por se sentirem ameaçados.

Ou, apoio das em eventuais ameaças entre algumas repúblicas – os partidários do modo autoritário, com apoio das forças armadas e de uma polícia ainda indecisas, decidirão virar a roda da história em sentido contrario e defenderão a volta aos métodos que tornarão a autogestão um triste espólio e liquidarão 25 anos de história.

Infelizmente, entre diversos problemas, o tradicional antagonismo entre Servia e Croácia, levou ao prevaecimento do segundo destes cenários: a barbárie se instalou com uma guerra fraticida, marcada pelo fundamentalismo e a xenofobia, com elementos de genocídio.

Bourdet e Pluet atestam a importância da experiência ocorrida na Iugoslávia:

A Iugoslávia submeteu – em suas condições específicas - autogestão aprova da experiência dos fatos. E, desta forma, podemos falar de um verdadeiro laboratório com dimensões de um país inteiro. Se há apenas um mérito a conceder a esta experiência é o de existir; e, por este fato, de estimular a reflexão sobre a autogestão, a análise de suas contradições, o exame de suas virtualidades.

Vamos dar destaque a leitura que Toni Andreoni fez da experiência iugoslava, pelo fato de ser do início dos anos 2000, após uma própria avaliação feita pela própria história, e mis de 10 anos após a derroca geral do ‘socialismo real’ com a queda do Muro de Berlim e a crise na URSS em 1992.

T. Andreoni em sua obra “*Le Socialisme Est (A)venir.L’ Inventaire*”, Tomo 1 (2001), na parte em que analisa o “Legado Histórico” das ‘experiências ‘socialistas’”, destaca a importância da experiência iugoslava:

Vou me dedicar mais longamente a experiência iugoslava, porque ela foi o único exemplo histórico de longa duração de socialismo auto gestor, porque ela interpelou os socialistas do mundo inteiro mês que fossem hóstia a ela (lembramos da excomunhão do ‘titismo’) e porque ela inspirou muitas pesquisas teóricas atuais.

T. Andreoni extrai “Algumas Lições da experiência iugoslava”. Para Andreoni, “A Iugoslávia foi antes da Hungria e durante mais de 30 anos, um verdadeiro laboratório do socialismo de mercado”. Mas,

Essa experimentação histórica infelizmente só suscitou hostilidade na URSS e nos outros países que se reclamavam do socialismo real

(fora de alguns círculos restrito de partidários de uma reforma de fundo) e apenas interessou à esquerda revolucionária no Ocidente que por suas inovações autogestionárias. Mas, ela inspirou obras interessantes, que deveríamos reler hoje, ao invés de esquecer uma história apaixonante, sob o pretexto de que acabou no caos.

E. T. Andreoni explica a razão dessa atração:

Se a Iugoslávia foi um terreno de experimentação, dos mais apaixonantes, é porque ela tentou, em uma longa duração e através de várias mudanças de eixo, de conciliar os aspectos mais positivos do sistema cooperativo (autogestão, inserção no mercado) com os da propriedade pública, mais social que estatal. Podemos tirar desse fato ensinamentos particularmente esclarecedores.

Em primeiro lugar, Andreoni conclui que

A economia iugoslava sofria tanto de uma ausência de mercado quanto de uma falha de Plano. A fraqueza do Plano está na origem das desigualdades regionais (a separação entre regiões ricas e pobres duplicou). A concorrência entre as empresas levou-as a procurar no estrangeiro os melhores meios de produção, o que aumentou o *déficit* externo (multiplicou por

4).

(...). Na ausência de um mercado os direitos de propriedade e de controle exercido pelos acionários, como no sistema capitalista, as empresas sociais, que não são submetidas as pressões orçamentárias das cooperativas, tomaram riscos excessivos em matéria de investimentos, de efetivos e de remuneração. A autogestão 'socialista' se opõe ao rigor das 'leis do mercado'. Mas, ao mesmo tempo ela sofre as consequências, pois, quando o enquadramento e o plano tornam-se pesados, ela não supõe de outro regulador suficientemente eficaz. Os empresários e apoderam do poder, porque têm a missão de serem competitivos e de obterem lucro e jogam todo o peso no sistema de credito.

Qual saída nessa situação, pergunta Andreoni?

Faltou, para o sistema ser eficaz, de uma parte que o mercado de emprego fosse fortemente regulado, de modo a assegurar a mobilidade da mão de obra sem a penalizar e a conter a hierarquia das remunerações e, de outra parte, que o sistema bancário jogasse plenamente seu papel, ou seja, distribuir os créditos segundo os critérios puramente de mercado, mas ao mesmo tempo, segundo as orientações do plano as empresas.

Todavia, diz Andreoni, a via escolhida após 1971 não foi esta:

tentou-se impulsionar os fogos da autogestão sem para tal restaurar o poder do Plano, sem juntar os dois eixos da cadeia. Esse foi um período de criação institucional fascinante, em que o laboratório iugoslavo pariu o maior número de inovações, mas em que os resultados foram tão decepcionantes ou ruins que contribuíram a desacreditar o sistema autogestionário.

Quais resultados?

As empresas foram desmanteladas em organizações de base do trabalho associado para quebrar o poder dos tecnocratas. Estes órgãos eram como miniempresas, dispendo cada um de seu conselho operário, livres de decidir sobre a produção, a renda e mesmo o emprego. Para lutar contra a profissionalização dos delegados ao conselho operário deveriam manter seu trabalho, sendo revogáveis, e seus mandatos limitados a 2 anos (o que lembra certas medidas da Comuna de Paris).

Estas organizações de base faziam contratos entre elas para formar as organizações do trabalho associado (as empresas) para onde enviavam os delegados. Durante o mesmo tempo foi adotada a Constituição mais

democrática do mundo, e uma grande campanha foi conduzida contra a burocracia em nível central. A luta contra o carreirismo, o enriquecimento ilícito, a corrupção, foi tal que milhares de empresas se encontraram sem diretores e que se tornou difícil recrutá-los tal o emprego se tornou precário.

Porque este processo fracassou?

Se essa verdadeira revolução só deu fracos resultados, foi de início, penso, porque não se teve consciência dos vícios do sistema de delegação piramidal, isto é, as eleições a vários níveis e os limites da democracia direta, defeitos que levaram a uma perda de eficácia na gestão, e sem erguida, essa autogestão radical, ao introduzir os mecanismos de tipo mercantil no interior das empresas, multiplicou problemas do sistema precedente: anemia de investimentos, sobre-emprego, disparidades e deriva das remunerações.

No que diz respeito ao financiamento, a orientação foi cada vez mais para um sistema de crédito cooperativo. Os recursos foram sempre alocados pelos bancos no quadro de um plano adotado por assembleia geral das empresas membros, mas, desta vez, todas as empresas tinham direito de voto igual (cada cabeça um voto), fossem grandes ou pequenas.

Elas distribuíram, assim, generosamente as

dividas, mesmo as mais duvidosas, desde que elas não tinham obrigação de fazer benefícios. Vemos, portanto, os inconvenientes de uma separação entre o organismo que aloca os créditos e as empresas que demandam (ANDREONI).

Quanto a Planificação, ela se limitou aos setores prioritários (onde era imperativa)”. Para T. Andreoni, há outros elementos que explicam o fracasso do sistema iugoslavo. Por exemplo, a confederalização do Estado, que reavivou os antagonismos e irredentismos das Repúblicas, originados na história atormentada dos Balkans, as dificuldades de inserção no mercado mundial, o peso crescente da dívida externa e as pressões impostas pelo FMI, uma política monetária muito frouxa, um aparelhamento excessivo da Liga dos Comunistas sobre os cargos políticos e mesmo os postos econômicos, que esvaziou de substância toda a política de luta contra a burocracia e a tecnocracia e a vontade de desengajamento do Estado.

Foi somente no fim dos anos 80 que a crise econômica, com o peso de todos esses fatores, tornou-se severa (desemprego, déficit externo, inflação crescente, falência de regiões inteiras).

Enfim, para Andreoni,

Ao menos fica que o sistema iugoslavo, durante perto de 40 anos, funcionou bem melhor que o sistema soviético e que o balanço, o que concerne à autogestão em si está longe de ser negativo, contrariamente ao que afirmam as teorias neo-institucionalistas e como reconhecem os especialistas mesmo que sejam hostis ao sistema iugoslavo.

3 A Revolução na Hungria, 1956

Os países do Leste europeu que erigiram os regimes ditos "Democracias Populares" no pós-Guerra, atravessavam condições originais:

Transformações econômico-sociais que, no contexto político de "revoluções passivas", marcaram profundamente a consciência de milhões de pessoas. Podemos, portanto, falar de grandes transformações em 1945-48, tais como: reforma agrária, expropriações da burguesia, escolarização ampla, difusão da instrução e da cultura, mesmo no quadro de domínio da URSS, obtiveram um amplo consentimento passivo das massas. Este elemento facilitou a liquidação política dos conselhos de fábrica, das milícias operárias, partidos operários em gestação na clandestinidade e, favoreceu a robustez do aparato partido-Estado.

O ano de 1956 representa um corte de vários setores sociais com o socialismo estatal-burocrático; as ideias-força do socialismo retornam, após uma década de stalinismo, como se fosse uma "Vingança da História Violada", nas palavras de Pierre Broué, empunhada pelos setores revolucionários, sobretudo, os intelectuais, os estudantes e as massas operárias.

Sobre a revolução húngara, houve uma "conspiração do silêncio", tanto no Leste quanto no Ocidente, a direita e a esquerda. A razão estava no conteúdo do movimento enquanto revolução dos conselhos operários, pregando a gestão coletiva da sociedade. Nesse sentido, como bem o expressou

Claude Lefort, foi a primeira revolução anticapitalista e anti-burocrática; não exigia o retorno a propriedade privada, mas a gestão coletiva das empresas pelos trabalhadores, o que é inconcebível no capitalismo e, também, no socialismo estatal-burocrático.

Após 10 anos de socialismo estatal, as massas rejeitaram na práxis concreta o regime sob o qual tinham vivido e, que lhes era apresentado como o "socialismo": elas, na verdade, aspiravam a um socialismo que chamavam de "democrático".

Os trabalhadores húngaros e poloneses, em 1956, construíram junto com outros setores, um programa revolucionário, usando o instrumental que dispunham: as tradições nacionais do movimento operário, a herança do movimento clandestino, das lutas sindicais, exemplos de outros países como a autogestão na iugoslava, assim, os conselhos foram a forma mais simples e prática de tomarem em próprias mãos seus destinos. Talvez, fossem o resultado de uma meditação sobre a história revolucionária: dos conselhos operários húngaros de 1919, dos poloneses de 1918, ou dos soviets de 1917 na URSS.

Lefort destaca alguns elementos dessa revolução ativa de massa:

1. Seu caráter de "revelador histórico" da natureza dos regimes do socialismo estatal-burocrático;
2. A prova de uma radicalidade inédita e,
3. Sua inventividade.

Neste sentido, militantes comunistas tomaram consciência dos "vícios" do regime; a formação dos conselhos operários autônomos a nível de produção e território, provocou uma cisão entre o aparato estatal e a sociedade; a participação da classe operária trouxe os reformistas do PCH para o lado da revolução; fundaram-se associações e comitês em todos os setores da sociedade húngara.

O Conteúdo e a Lógica da Revolução Ativa na Hungria

Castoriadis foi pioneiro, com o grupo "Socialismo e Barbárie", das análises sobre a revolução ativa massa húngara. Seu texto, "A fonte húngara", publicado na revista "Telos", em 1976, explicita os elementos do que chamamos de revolução ativa de massa, no que chamou de "caráter radical da revolução: o conteúdo, o sentido e suas implicações".

Castoriadis diferencia 1956 na Polônia e na Hungria: em 1956, o povo polonês não pegou em armas. Apesar de seu devotamento e efervescência, os conselhos operários não questionaram de modo explícito a estrutura de poder existente. O PC foi vitorioso... controlando nas mãos a situação durante todo o período crítico, e esmagou o movimento de massa".

Sobre a Hungria nos diz:

o movimento de massas foi tão potente e radical que em alguns dias literalmente pulverizou o

PC e o aparelho estatal. Nem mesmo "dualidade de poder", tudo o que subsistia como poder estava nas mãos da juventude armada e dos conselhos operários. O "Programa" dos conselhos operários era absolutamente incompatível com a conservação da estrutura burocrática da sociedade. Exigia a autogestão das empresas, a abolição das normas de trabalho; a redução drástica das desigualdades de rendas, o monopólio sobre os aspectos gerais da planificação, o controle da composição do governo, e uma nova orientação da política externa, e tudo isso, claramente formulado no espaço de alguns dias.

Em relação a auto-organização da sociedade civil, diz Castoriadis: "Qual o significado histórico e sociológico dessa extraordinária proliferação de partidos, organizações, etc., no espaço de alguns dias? Muito precisamente, este: uma autêntica revolução ocorria. Tal proliferação, ao mesmo tempo que se experimenta em toda sua variedade as ideias que lhe correspondem, é na verdade, a marca distintiva da revolução".

Castoriadis distingue reforma de revolta: "As coisas são ainda mais claras quando visamos, não a revolta, enquanto explosão e destruição da velha ordem, mas a revolução, enquanto atividade auto organizada visando a instauração de uma ordem nova".

Em relação a dialética "passividade x

atividade": "É um lugar comum dizer que uma verdadeira revolução é sempre nacional: todos os setores, todas as camadas da nação abandonam sua passividade e sua submissão conformista a ordem antiga; todos se esforçam por tomar parte ativa em sua destruição e na formulação de uma nova ordem". Define, então, a revolução:

É esse estado de fervilhar e de fusão da sociedade que acompanha a mobilização geral de todas as categorias e de todas as camadas e a demolição de todas as barreiras. É o traço que torna compreensível a libertação e a multiplicação extraordinárias do potencial criador da sociedade nos períodos revolucionários, a ruptura dos ciclos repetitivos da vida social - e a abertura repentina da história.

Para o filósofo grego, a fonte de criação sócio histórica é a atividade do povo húngaro. No curso de sua atividade autônoma, e a favor dessa, o povo cria novas verdades positivas[...] pois encarnam novas formas de organização da vida coletiva com base em princípios novos. Estes princípios portam uma ruptura radical com as estruturas sociais vigentes (a Leste como a Oeste)".

Na revolução húngara, encontra-se uma nova fonte, um novo ponto de partida para pensar a política. Para Castoriadis o caráter espontâneo da revolução é fundamental:

a auto-organização é, aqui, auto organizar e, a consciência, o devenir consciente; nos dois casos, temos um processo, não um estado[...] nesse sentido, a revolução é a auto instituição em seu nascimento como no seu desenvolvimento. Pois a revolução auto instituição explícita da sociedade; a “espontaneidade” apenas designa a atividade criadora social-histórica em sua expressão mais elevada [...].

Qual, então, o conteúdo desta revolução ativa massa?

O conteúdo positivo foi a formação dos conselhos operários, a reivindicação da autogestão e da abolição das normas de trabalho [...] que tem suas raízes em uma relação profunda e orgânica com as criações anteriores do movimento operário e com o conteúdo de outras fases da atividade revolucionária [...]. Isto mostra o fato que a revolução húngara se inscreve na serie de lutas que visam, após cerca de 200 anos, uma reconstrução radical da sociedade.

Qual o papel destes conselhos operários? Castoriadis avalia: "O que contém em potencial os conselhos operários húngaros, em sua formação e seus objetivos, é a destruição das significações sociais tradicionais, herdadas e instituídas, do poder político, de uma parte, e de outra, da produção e do trabalho;

daí, o germe de uma nova instituição da sociedade".

Ou, a importância dos conselhos está em:

- a) estabelecimento da democracia direta, isto é, da verdadeira igualdade política (quanto ao poder);
- b) enraizamento nas coletividades concretas (não apenas nas fábricas);
- c) reivindicações relativas a autogestão e a abolição das normas de trabalho.

Como vimos, a definição por Castoriadis da revolução húngara é similar ao que, por exemplo, Glucksmann chama de revolução anti-passiva, a partir de Gramsci. Vejamos, uma análise a partir de "dentro": de dois membros da chamada Escola de Budapeste (discípulos de Lukács), Agnes Heller e Ferenc Feher.

Para os dois pensadores húngaros, a revolução dos conselhos na Hungria foi um exemplo clássico de revolução política pura; contrariamente, as revoluções de 1848, da Comuna de Paris, da Soviética, da Alemanha em 1919 e da própria Hungria em 1918, que ocorreram concomitantemente com guerras. Seu eixo foi o questionamento radical da estrutura social.

O Governo Rakosi, então em vigência, caracterizava o país como de um povo humilhado, esmagado e menos livre. A economia centrava-se em projetos faraônicos, privilegiando a indústria de bens

de capital; como consequência, o consumo de calorias, em 1950, era o mesmo de 1940. No campo dos fatores históricos, ocorreu uma sincronização de elementos que favoreceu o desencadear da revolução, a saber:

- crise moral do grupo dirigente
- uma figura do porte de Imre Nagy
- existência de oposição
- uma linguagem comum.

O contexto da "desestalinização" propiciou as iniciativas de mudança na URSS e na própria Hungria, onde o governo Nagy propunha o fim da coletivização no campo, redução da repressão, condenou a política econômica, enfim, estabeleceu uma "legalidade socialista". A disputa Nagy x Rakosi, foi o primeiro enfrentamento público após as lutas dos anos 1920 e da liquidação do trotskismo; trouxe os reformadores para o cenário principal.

Houve um consenso entre as massas revolucionárias em torno de eleições livres, pluralismo e independência nacional. No processo revolucionário, os trabalhadores assumiram o controle dos centros de comunicação, das estações de rádio e impressoras, destruíram os símbolos estalinistas, desorganizaram o aparato repressor, distribuíram armas ao povo, criaram novos jornais e, sobretudo, fundaram novos órgãos de poder político.

Neste sentido, houve um retorno às tradições democráticas do socialismo, a fundação dos conselhos operários foi criação espontânea da classe operária, democraticamente eleitos nas fábricas, escolas,

institutos científicos, serviços, em todos os locais de trabalho, materializando uma práxis socialista: defendiam a propriedade social e a democracia direta.

Para Heller e Feher, poderia ter sido a primeira experiência histórica de democracia mista: democracia direta nas fábricas e cidades (frente operário-popular) mais sistema de democracia representativa.

Neste aspecto, é fundamental o testemunho e a análise de Edgar Morin. É movimento espontâneo, o movimento natural da revolução húngara é duplo:

1. Ele tende a integrar em si as estruturas de garantia e controle que tomara emprestado a democracia burguesa: a pluralidade de partidos, sufrágio universal livre, vida parlamentar efetiva, separação de poderes, liberdade de expressão, abolição da polícia política;

2. Mas, ao mesmo tempo, tende a criar um quadro realmente socialista sobre a base da propriedade nacional: o sistema dos conselhos.

Os conselhos de empresa tendem a se federar horizontalmente, e dessa federação tende a se originar um segundo Parlamento, um Parlamento econômico. Tendem a se federar verticalmente segundo cada ramo industrial ou profissional de modo a constituir, por delegação, os órgãos de direção corporativos e planificadores.

Morin fala sobre o sentido da revolução húngara: "gestação de estruturas sociais para além do capitalismo e do sistema de aparato, pela elaboração de um regime pluralista".

Após a invasão pela URSS, a principal forma de resistência das massas foi a greve geral política. Essa greve de massa durou 7 semanas, exceto no setor público. Seus objetivos foram claramente políticos: retirada das tropas soviéticas, retorno do governo Nagy, libertação dos dirigentes operários presos. O centro da resistência política foi o Conselho Operário de Budapeste, unificando as forças.

Como surgiram estes conselhos? Quais necessidades respondiam? Qual sua dinâmica e que propunham?

Vejam, inicialmente, o que E. Morin chamou de "sociologia da grande empresa nacionalizada", como a Zeran ou a W.F.M. em Varsóvia, a Csepel em Budapeste. Pois, a partir deste micro entenderemos melhor as condições de nascimento dos conselhos de fábrica.

No interior da grande fábrica "socialista" reinava o trabalho semi-concentracionario ou disciplinar; as primeiras resistências a esse trabalho disciplinar podem encontrar eco e organização imediata onde os trabalhadores estão concentrados as centenas ou milhares; a organização revolucionária torna-se aí tanto mais facilitada quanto menor é o numero de excrescências burocráticas ou parasitárias dentro da empresa; os responsáveis do partido, pouco numerosos, estão ligados a vida cotidiana e aos problemas dos operários; os que tinham um temperamento de aparatista já

subiram na hierarquia e deixaram a empresa. Os técnicos são especialistas produtivos, e mais contrários ao parasitismo exterior do ministério e a abstração do plano imposto, que aos operários. A oposição comum a planificação abstrata do Estado cria a possibilidade de uma união sagrada "dentro da empresa. Disto resultam o nascimento e o desenvolvimento da formula dos conselhos, que consagram e exprimem a união dos operários em todos os níveis com os técnicos. Disso resulta o papel diretor e organizador das usinas avançadas, que se tornam núcleos de ação política e de resistência armada.

Morin aborda, especificamente, a situação polonesa: os acontecimentos de outubro são bem conhecidos. Menos conhecida e a revolução operária que rompe os quadros semi-concentracionarios do trabalho industrial. A pressão policial sobre a fábrica já se tinha aliviado bastante depois da morte de Stalin e da liquidação de Beria. Já em fins de 1955 ou inicio de 1956, a demissão de operários tinha deixado de ser arbitrária e estava submetida a comissões de arbitragem mistas (sindicatos e direção).A partir da primavera de 1956 a pressão operária se faz nos seguintes pontos:1.revogar as condições disciplinares do trabalho; 2.garantir o salário; 3.participar da gestão e dos lucros da empresa.

Na crista da onda de outubro que o leva ao poder, Gomulka reconhece solenemente o direito de

greve. Pouco depois, é revogada a detestada lei sobre "a disciplina socialista do trabalho", isto é, a lei semi-concentracionária padrão, que pune com multas e cadeia toda infração ao trabalho forçado.

Ao mesmo tempo, a vanguarda operária faz garantir, estabilizar e até mesmo aumentar os salários...Uma parte dos lucros (17%) será destinada ao pessoal das empresas".

Em relação a Hungria, Morin sintetiza o que seria o "Programa Socialista", suas palavras-de-ordem:

1. liberdade total de cultura;
2. liberdade para os partidos que aceitam as bases socialistas;
3. eleições livres;
4. vida e realidade parlamentar;
5. gestão e controle democrático das empresas;
6. federação nacional dos conselhos e constituição desta federação como órgão direto de poder;
7. abolição da coletivização forçada no campo;
8. em certos setores artesanais e comerciais, eventualmente NEP (nova política econômica);
9. economia orientada para as necessidades de consumo;
10. transformação estrutural do Partido e dos partidos comunistas;
11. direito irrecusável a independência nacional.

Miklos Molnar, em seu livro-romance "*Victoire d'une défaite-Budapest 1956*", relata a experiência

conselheira húngara:

A luta estava em pleno auge quando os primeiros conselhos, os novos órgãos revolucionários, se formaram tanto em Budapeste quanto no interior. Na capital, os operários da grande fábrica de lâmpadas, "Fábrica Conjuntas de Lâmpadas", elegeram seu conselho operário desde o 24 de outubro. No dia 25, foi a vez dos grandes centros industriais do interior, Miskolc e Szolnok, depois Debrecen, Győr. Por sua vez, o PC encorajava o movimento espontâneo. Desde o dia 26, o novo comitê central do PC declara-se a favor das "eleições dos conselhos operários nas fábricas com a assistência dos órgãos sindicais". O conselho Central dos sindicatos, tentando recuperar o prestígio comprometido nos anos anteriores, organiza as eleições. No espaço de 48 horas, todas as grandes empresas no país tinham seus conselhos eleitos e, no momento de cessar-fogo, 29 e 30 outubro, vários conselhos centrais representam os operários de toda uma cidade ou de uma região, sobretudo, formados em Miskolc, Győr e Magyaróvár, como também em alguns bairros de Budapeste.

Os conselhos eram mais que órgãos de consulta ou direção colegiada, eram órgãos políticos. "Breve, em lugar de imitar o modelo iugoslavo, pouco

conhecido, seguiam o exemplo dos soviets de 1905 e 1917". A primeira preocupação dos conselhos não era apenas a produção, mas a greve, política e logo greve geral, para apoiar a insurreição armada. As forças revolucionárias eram compostas de vários conselhos: conselhos operários, comitês revolucionários como os conselhos dos intelectuais e dos estudantes, comitês nacionais das grandes cidades e de províncias. Até 29 e 30 de outubro, os conselhos operários, como todos os outros conselhos e comitês, apresentavam uma grande reivindicação: independência nacional.

"No interior, de fato, era a revolução: uma revolução dos conselhos, levando em todas as cidades importantes do país a tomada do poder efetivo por estas organizações". Tratava-se, sobretudo, dos centros industriais como Győr no Noroeste, Szolnok ao Sul de Budapeste, Miskolc no Nordeste, verdadeiros núcleos revolucionários incorporando ao movimento suas respectivas regiões. No interior, os conselhos se impuseram desde o início, ao passo que na capital, a revolução dos conselhos só tomou amplitude após a vitória da insurreição armada.

Conselhos operários, comitês de bairro, conselhos revolucionários dos intelectuais e outros, realizaram sua primeira revolução. Sua influência foi decisiva sobre o poder e sobre o próprio Nagy... entre 29 e 30 de outubro, o movimento dos conselhos afirma-se como a principal suporte da democracia operária e socialista.

De fato, os programas dos conselhos até 4 de

novembro era uma mistura de reivindicações democráticas e socialistas anti-burocráticas, sem que fosse adotada unanimemente a palavra-de-ordem "todo o poder aos soviets", como em 1905 e 1917.

Para Molnar, "Os conselhos portavam uma tendência proletária. Em que consistia? Duas palavras: autonomia e socialismo".

Vejamos um testemunho operário sobre a experiência destes conselhos operários húngaros. Trata-se do testemunho de Ferenc Toke, vice-presidente do Conselho Central da Grande Budapeste, operário da fábrica TSF-ORION, de aparelhos eletrônicos.

**

"No clima existente nas fábricas, antes do 23.10.56, todo o mundo estava politicamente ativo, pois os operários tinham a esperança de achar uma saída para a situação insustentável em que se achava o país, nos últimos anos. Os operários reagiam a decisão do Conselho nacional dos Sindicatos, sobre os conselhos operários que queriam nomear seus candidatos. Os trabalhadores elegeram seus candidatos, e declararam que os conselhos operários foram fundados por eles... O conselho operário eleito compreendia 25 membros. Cada seção de fábrica elegeu 2 ou 3. No total, 19 membros do conselho eram trabalhadores manuais. Nós o consideramos como conselho provisório, pois dos 3.000 trabalhadores só 800 estavam presentes. O Conselho foi encarregado de estabelecer um caderno de reivindicações que

deveria ser aprovado pelos trabalhadores, e depois levado ao Governo... Devo precisar que 50% dos membros do conselho era de jovens, de 23 a 28 anos, que tinham participado nas diversas ações revolucionárias, nas manifestações, na derrubada da estatua de Stalin, nos combates de rua, etc...

Ao mesmo tempo, em todas as fábricas de Budapeste, os conselhos foram fundados. Os operários da capital húngara sabiam que na Iugoslávia os conselhos operários dirigiam as fábricas... E, a criação dos conselhos se estendia progressivamente de Budapeste à todo o território do país. No primeiro de novembro, os conselhos estavam em todos os lugares e começaram a funcionar. Demitiam os velhos dirigentes e os operários demandavam a descentralização industrial, o que, no plano prático, significava que a fábrica deveria tornar-se propriedade efetiva dos que trabalham, e que uma parte dos lucros iria para o Estado.

Na nossa empresa, começamos este processo desde o 30 ou 31 de outubro, numa terça. Com uma delegação, fui ao Parlamento para entrevista com Zoltan Tildy, com o objetivo de submeter um memorando a Nagy... Decidimos retornar à fábrica e de pedir aos trabalhadores a retomada do trabalho... No sábado, 3 de novembro, os trabalhadores da fábrica tomaram a decisão de retomar o trabalho, na segunda seguinte...

O Conselho Operário foi constituído de tal forma que, exceto seu presidente e o secretario, não havia nenhum membro permanente. Cada um de seus

membros devia participar da produção... Os membros do conselho deviam prestar contas, todo dia, dos acontecimentos políticos, dos negócios da fábrica e de seu próprio trabalho. No 4 de novembro, pela manhã, nos fomos despertados pelos canhões soviéticos. A segunda intervenção soviética iria subverter nossos planos. De imediato, os trabalhadores da fábrica entraram em estado de greve...nem os trabalhadores, em particular, nem a população em geral, tinham reservas suficientes para suportar uma greve que poderia durar vários meses. O dinheiro fazia uma falta cruel... nenhuma tendência reacionária se manifestou durante toda a duração da greve.

Uma reunião começou. Os delegados, cerca de 40/50, foram agrupados numa pequena sala ao lado... Em geral, o acordo foi bom entre as organizações revolucionárias... escolhemos os delegados para falar com este grande publico operário...todos queriam se expressar, uma comissão de 20 membros foi criada para negociar e formular uma decisão comum para ser apresentada ao publico... A resolução final adotada retomava a proposta dos operários da metalúrgica de "BELOIANIS" quanto a reintegração de Yrme Nagy ao Governo. Ela conclamava todas as fábricas da capital a se fazerem representar no Conselho Central da Grande Budapeste, para se poder criar um Conselho nacional... Foi dito que os operários só retomariam o trabalho uma vez que as reivindicações políticas fossem satisfeitas...

Uma delegação de 6 membros foi designada para levar a resolução a Kadar... Os trabalhos do Conselho

Operário da Grande Budapeste começaram na sede da “Companhia dos Transportes da Municipalidade de Budapeste” (BESZKART), rua AKACFA. Os 22 bairros da capital enviaram cada um, 1 delegado. Elegeu-se 1 presidente e 1 secretário. Após a entrevista com Kadar, na tarde de 14 novembro, um dos membros do Conselho Central, Árpád Balázs, creio, declarou pelo rádio que um conselho central foi formado e que deveria se retomar o trabalho, etc. Ocorreu uma grande indignação, dando a impressão que o Conselho Central era cúmplice de Kadar... Para nós, a retomada do trabalho não implicava reconhecer o Governo. Tomamos, imediatamente, a decisão de afastar Bálázs que era presidente, e de ligar toda declaração política à uma decisão precedente e enviar imediatamente os delegados às fábricas para levar adiante nossa resolução. Esta tinha sido lida diante dos conselhos operários de cada fábrica pelo presidente, que explicava a necessidade da retomada do trabalho. Os operários se renderam a estas razões...

A formação do Conselho Central Operário da Grande Budapeste não nos satisfazia completamente. Devia ser seguida da criação de um Conselho Nacional... Foi numa segunda-feira que informaram Kadar da nossa decisão de formar um Conselho nacional Operário e, na terça, uma delegação foi conversar com os soviéticos. O general Grebennik, o comandante, recebeu em pessoa a delegação que lhe informou da nossa intenção de organizar uma reunião do Conselho nacional Operário, no Palácio dos esportes, a qual convidaríamos um representante do comando

soviético... Eu fui responsável pelo serviço de ordem, que estava formado por operários da fábrica CSEPEL... A reunião foi fixada para o 21 de novembro. Desde às 6 da manhã os organizadores estavam no local... às 8 horas precisas, começou um formidável desfile militar soviético... o Palácio dos Esportes foi cercado em um instante e todas as ruas adjacentes bloqueadas, os membros do Conselho central Operário da Grande Budapeste ,nos dirigimos para a sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, que ficava perto. Um certo número de camaradas ficou perto do palácio dos esportes para esperar os delegados das minas, fábricas siderúrgicas e empresas do interior, vindos dos 4 cantos da Hungria...Eleições democráticas tinham ocorrido em todos os lugares. Cada delegado tinha uma credencial oficial...Eles vinham com a intenção de impulsionar a greve, que ainda paralisava os grandes centros no interior...Acertamos de não insistir na criação de um Conselho Nacional, para não envenenar os acontecimentos...

Contudo, o Conselho Central da Grande Budapeste continuaria suas atividades...Embora, nossa organização tivesse o nome de Conselho Central Operário da Grande-Budapeste, um Conselho Nacional foi criado na prática, e de forma ilegal... Quando os trabalhadores viram os deslocamentos das tropas, pensaram que os membros do Conselho Central tinham sido presos. De imediato, lançaram a ordem de greve de 24 horas... metade de Budapeste parou...

O trabalho do Conselho Central continuou. Criou comissões para diversas questões... Kadar consentiu que houvesse negociação entre o Conselho central e o Conselho Nacional dos Sindicatos, para elaborar uma legislação sobre a atividade dos conselhos operários. O projeto se inspirava na lei iugoslava. 8 horas após recebe-lo, o Governo publica um decreto. Todavia, o decreto suprimia as disposições que asseguravam a independência dos Conselhos Operários frente ao Partido oficial. O Partido Comunista se opunha à criação dos conselhos operários na Administração; correios, telefones, transportes, ministérios, etc.

Uma das reivindicações do Conselho Central Operário foi de dispor de um jornal para informar os trabalhadores. O Governo recusou categoricamente... nós estávamos para publicar um jornal chamado “MUNKASUJSAG” (Gazeta Operária), que foi apreendido na gráfica...nos limitamos a publicar (sem aprovação do Governo) uma folha mimeografada... cada bairro recebia um exemplar que multiplicava de acordo com o numero de fábricas; cada fábrica multiplicava de acordo com o número de trabalhadores... o comando soviético apreendeu todos os mimeógrafos... em 23 de novembro, um mês após o início da revolução, o Conselho Central Operário abre sua assembleia. Estava presente um oficial político soviético de alta patente.

Antes de sairmos do prédio do Sindicato da Construção para o Ministério da Agricultura, decidimos organizar uma reunião secreta para

discutir a criação do Conselho Nacional Operário. A situação estava cada vez mais tensa, o interior pressionava, pois vários membros dos conselhos operários desapareceram; era uma forma de chantagem do Governo. Em PECS, vários mineiros faziam greve de fome dentro das minas em protesto contra a prisão de seus camaradas...

Eu fui o responsável de organizar a reunião secreta... o delegado do 9º Bairro, que era da polícia, informou seus superiores... vários delegados do interior estavam presentes. Indignados com a ação terrorista do Governo para intimidar os trabalhadores. Os mineiros da “Salgo Targan” eram os mais decididos a recorrer à greve geral... Todos estão de acordo e, a única questão que foi discutida, era em torno da duração da greve: 24 ou 48 horas?

Um telefonema da “Salgo Targan” informou que os soldados tinham atirado numa multidão que exigia, no Conselho Operário local, a libertação de seus dirigentes. Cerca de 30 vítimas, feridos e mortos. Esta notícia foi como gasolina no fogo. Uma tempestade de indignação tomou conta da sala e decidiu-se que a única resposta era a greve...

Decidimos lançar um apelo aos sindicatos livres do mundo inteiro para que os trabalhadores do Ocidente organizassem manifestações de solidariedade... decidimos pela greve de 48 horas...

Em 8 de dezembro, Domingo, dia em que as reações operárias são menores, o Governo divulgou pela radio um comunicado sobre a dissolução do Conselho Central Operário da Grande-Budapeste. Desde a

madrugada deste dia, os membros do Conselho estavam sendo caçados pela polícia... eu fui preso por volta do meio-dia...os operários da minha fábrica iniciaram uma greve. Um comitê se formou para obter minha liberação... apesar das prisões e das manobras do Governo, a greve de 48 horas foi um sucesso”.

**

A partir dos elementos do depoimento do operário F. Toke, podemos assinalar que, por suas formas de luta e organização ativas e coletivas, a importância internacional da revolução húngara situa-se no plano da organização autônoma, e do poder dos trabalhadores na perspectiva da democracia operária. A revolução ativa de massa, na Hungria, constitui o ponto mais avançado já atingido pela ação revolucionária das massas após 1917.

Desde os primeiros dias, a revolução húngara se caracterizou pela fundação em todo o país dos Conselhos Operários; estes se estruturaram enquanto órgãos de poder político, articulando-se verticalmente, do plano local e regional ao nacional, se atribuindo funções políticas e combinando o legislativo com o executivo.

Os conselhos locais, os conselhos regionais e o Conselho Central Operário da Grande-Budapeste (na verdade, um Conselho Nacional), constituíam órgãos de um ‘novo poder’ político, de novas relações sociais e de produção. Neste sentido, declarava a Radio-Budapeste, em 26 de Outubro de 1956: “Os conselhos operários terão por tarefa tomar decisões que dizem respeito a produção, a administração e a

direção das fábricas. Os conselhos operários terão igualmente por missão, elaborar o plano de produção da fábrica e de preparar a tabela do sistema de salários”.

Sob o pretexto da greve geral de 48 horas, ocorrida em todo o país, por ordem do Conselho Central, em 9 de Dezembro, o Governo Kadar aproveitou-se para se livrar de vez dos conselhos operários, enquanto órgãos políticos.

O argumento do decreto governamental é significativo; vejamos os termos do decreto, ordenando a dissolução do “Conselho Central Operário da Grande-Budapeste e dos Conselhos Operários regionais”.

Documentos dos Conselhos Operários

- I) “Os princípios de base dos direitos e da ação dos Conselhos Operários”. “(Resolução do Parlamento dos conselhos Operários consagrados à autonomia dos conselhos de fábrica. Este Parlamento se reúne no 31 Outubro 1956, em presença dos delegados de 24 grandes fábricas, entre outras as seguintes: Fábrica de vagões GANZ, Canteiro Naval GANZ, Fábrica elétrica GANZ, Fábrica de maquinas LANG, Fábrica de Maquinas e de Locomotivas MAVAG, as fábricas de Aparelhos Elétricos Beloianis e Egyesult Izzo, etc.). “Os delegados das fábricas representadas na

reunião, no interesse da realização da democracia socialista, decidem e reivindicam os seguintes pontos:

- 1- A fábrica pertence aos operários. Estes pagam ao Estado o imposto calculado sobre a base da produção e o dividendo fixado segundo os benefícios;
- 2- O órgão supremo dirigente da empresa é o Conselho Operário democraticamente eleito pelos trabalhadores;
- 3- O Conselho Operário elege sem seu seio um comitê de direção de três a nove membros que é o órgão executivo do Conselho Operário e que assumirá igualmente as tarefas a fixar posteriormente;
- 4- O diretor é empregado da fábrica. É o Conselho Operário que elege o diretor e os empregados superiores. Esta eleição é precedida de um concurso público anunciado pelo comitê de direção;
- 5- O diretor, gerente dos negócios da empresa, é responsável diante o Conselho Operário;
- 6- O Conselho Operário reserva para si os direitos seguintes:
 - a-) Aprovação de todos os planos da empresa;
 - b-) Decisão da fixação e do emprego de fundos de salários;
 - c-) Decisão de todo contrato com o estrangeiro;

d-) Decisão da operação de todo negócio de crédito.

- 7- Do mesmo, o conselho Operário resolve, em caso de conflito, o emprego e a demissão de trabalhadores;
- 8- Ele aprova os balanços financeiros e decide do uso dos benefícios;
- 9- O conselho Operário toma em mãos os negócios sociais da empresa.

Os conselhos Revolucionários das fábricas, empresas, instituições e universidades de Budapeste, 90% de seus Comitês revolucionários, assim como a Aliança Camponesa em formação representando cinco regiões, já aceitaram a proposição acima e tomaram as medidas necessárias à sua realização”.

II) Resolução dos delegados dos Conselhos Operários do 11º bairro de Budapeste:

Os operários delegados dos trabalhadores das fábricas do 11º bairro têm unanimemente decidido, no interesse da construção do socialismo na Hungria e do futuro do povo, retomar o trabalho nas condições seguintes:

- 1) Queremos sublinhar que a classe operária revolucionária considera as fábricas e a terra como propriedade do povo trabalhador.
- 2) O Parlamento Operário reconhece,

como parceiro de negociação, a competência do governo Kádár à condição, todavia que, no interesse de assegurar sua própria legalidade, ele se transforme conforme à vontade do povo.

3) O povo, com confiança, criou os conselhos operários para que sua vontade prevaleça. Por isto reivindicamos a ampliação total da esfera de atividades dos conselhos operários no domínio econômico, cultural e social, e o reforço desta ampliação pelo governo.

4) No interesse da ordem interna e do restabelecimento da calma geral, reivindicamos a fixação de eleições livres onde não possa participar que os partidos que têm reconhecido nossas conquistas socialistas baseadas na propriedade social dos meios de produção.

5) reivindicamos a libertação imediata dos membros do governo Imre Nagy eleitos pela revolução, a libertação de seus colegas, assim como dos combatentes da liberdade.

6) reivindicamos o cessar-fogo imediato e a retirada imediata das tropas soviéticas de Budapeste, -dado que, as forças operárias, as unidades húngaras de manutenção da ordem podem assegurar a ordem interna. Reivindicamos também

que o governo húngaro, após a retomada do trabalho pelos operários, comece imediatamente as negociações, informando regularmente a opinião pública, sobre a retirada progressiva e ordenada das tropas soviéticas do território do país.

7) É necessário organizar as forças de manutenção da ordem interna do país dos trabalhadores das fábricas e das unidades da armada fiéis ao povo.

8) Pedimos ao governo que faça conhecer pela radio e pela imprensa nossas decisões aqui enumeradas.

Nota= Retomamos imediatamente os trabalhos em relação com a reparação das destruições, com o abastecimento e os transportes, mas nos não retomamos outros trabalhos que a condição que nossas reivindicações sejam reconhecidas e que nos deem satisfações.

Budapeste, 12 novembro 1956

Os Conselhos Operários das fábricas do 11° bairro.

III) Resolução sobre o Conselho Central Operário:

“Hoje, no dia 14 novembro 1956, os delegados dos conselhos operários de bairro formaram o Conselho Central

Operário da Grande Budapeste. O conselho central operário recebeu o poder de negociar em nome dos operários de todas as empresas situadas no território de Budapeste, e de decidir sobre a parada ou a retomada do trabalho. Nós proclamamos nosso rigoroso respeito dos princípios do socialismo. Nós consideramos os meios de produção como propriedade coletiva que nos estamos sempre dispostos a defender.

1) nós, os operários, estimamos que o restabelecimento da calma e da ordem exige a atribuição da direção à uma personalidade gozando da confiança do povo, nos propomos, assim, que o camarada Imre Nagy assuma a direção do governo.

2) Nós protestamos contra o fato que no interior dos novos órgãos de segurança, nomearam-se membros dos antigos serviços de segurança do Estado (A.V.H.). Nós queremos que os homens constituindo estes novos órgãos de segurança sejam recrutados entre os jovens revolucionários, os membros da polícia e da armada fiéis ao povo e os operários de fábrica. O novo organismo de segurança não pode em nenhum caso assegurar a defesa de interesses de partido ou de particulares.

3) Exigimos que uma liberdade absoluta seja garantida a todos os que lutam pela liberdade, entre outros à Pal Maléter e seus camaradas. Solicitamos a libertação de todos os detidos atuais.

4) Pedimos a retirada rápida das tropas soviéticas para que a amizade entre nosso país e a URSS seja reforçada. A possibilidade de uma reconstrução de nosso país deve nos ser garantida.

5) Reivindicamos que a rádio e a imprensa não divulguem mais notícias que não correspondem aos fatos.

6) Enquanto nossas exigências não forem satisfeitas, só permitiremos o funcionamento das empresas indispensáveis para assegurar a vida cotidiana da população. Os trabalhos de manutenção e de reconstrução só serão retomados na medida em que respondam as necessidades imediatas da economia nacional.

7) Exigimos a abolição do sistema do partido único e a o reconhecimento apenas dos partidos que se baseiam no socialismo.

8) O trabalho será retomado desde que recebamos as respostas satisfatórias”.

O Conselho Central Operário da Grande-Budapeste.

- IV) Poder Efetivo aos Conselhos Operários:
(...) O que fazer para que os conselhos operários tenham um poder efetivo? Para nós, eis os pontos mais importantes:
- 1) Estabelecimento de uma milícia operária armada. O governo Kádár prometeu, mas não o realizou. Ora, esta força armada poderia impedir toda tentativa contrarrevolucionária e assegurar a verdadeira democracia e o socialismo, se ela toma em mãos a manutenção da ordem, paralelamente a retirada das tropas soviéticas de ocupação.
 - 2) No lugar dos sindicatos desacreditados, os conselhos de fábrica dos ramos industriais deveriam eleger um 'conselho operário de ramo industrial'. Este seria a nova direção do sindicato correspondente.
 - 3) Os conselhos operários dos ramos industriais elegerão o Conselho Nacional Operário que será o órgão dirigente democraticamente eleito de toda a classe operária, tomando em mãos as tarefas do Conselho dos Sindicatos, em aliança com os estudantes, intelectuais, forças armadas revolucionárias e com o órgão central dos conselhos camponeses, ele poderá realmente garantir que o governo, posto no poder e apoiado por ele, seja verdadeiramente um governo 'revolucionário operário-camponês e intelectual'.

4 Tchecoslováquia: a Revolução dos “conselhos operários”

A "revolução dos conselhos operários" na Tchecoslováquia apresenta características bem particulares, tanto pelo contexto das lutas autônomas-autogestionárias em que ocorreu (1968-69), quanto pelas particularidades da formação histórico-social do país, neste aspecto, retomemos um pouco o fio da história.

Apos a primeira Guerra, a Tchecoslováquia integrava o Império austro-húngaro. Este fato marcou profundamente o movimento operários. Desde 1840, os sindicatos tchecos lutavam pela autonomia de seu país. Em início de 1870, uma Conferência de varias pequenas organizações sindicais ocorreu em Praga, decidindo a fundação de um movimento sindical unificado, abrigando todos os operários tchecos na Áustria. Por sua vez, o movimento eslovaco s_ aparecerá mais tarde. A industrialização da Hungria se desenvolveu lentamente. Na Hungria, em 1847, havia 136.000 operários e, em 1872, havia 435.000. Já na Tchecoslováquia, em 1869, havia 3.267.068 operários.

De todas as nações do Império, a Bohemia, devido a sua riqueza de matérias-primas, era a mais industrializada. Neste sentido, a Tchecoslováquia apresentava, em 1963, uma percentagem de 70% de operários em relação a população global. Na mesma época, a percentagem para Polônia era de 37,5%; para Hungria de 33%; para Iugoslávia de 30% e, para

Alemanha Oriental, de 35%.

Portanto, a dependência política e o desenvolvimento industrial são dois elementos importantes para análise do movimento operário tchecoslovaco. Com a "liberação" do pós Guerra, estes elementos diferenciavam a Tchecoslováquia dos outros países do leste europeu e, indicavam duas conclusões favoráveis para a construção do socialismo, pós 1945.

Ademais, no país, diferentemente dos outros do leste europeu, o PC (PCT) tinha uma sustentação na classe trabalhadora, não tendo seu poder político fundado, como nos outros países, na presença do Exército da URSS. Assim, por exemplo, nas eleições de 1946, o PCT obteve cerca de 40% dos votos.

A época da "liberação", os sindicatos tchecos estavam agrupados, durante a resistência, no Conselho central dos sindicatos clandestinos (URO) e, decidiram fundar a central intitulada de "Movimento Sindical Revolucionário" (ROH), cujas bases assentavam nos conselhos operários formados espontaneamente na maioria das fábricas durante a insurreição de Praga, de 5 a 9 de maio 1945. Nesta ocasião, o URO lançou um apelo pela formação de conselhos operários com amplos poderes de gestão. A originalidade destes conselhos residia no fato de, sendo a estrutura de base sindical, serem eleitos por todos os trabalhadores, exceto a direção da empresa e, representar unitariamente o conjunto da classe operária. Esta concepção de sindicalismo foi combatida pelo PCT, que defendia uma política

sindical apenas para os sindicalizados. O PCT conseguiu "neutralizar" o sindicalismo do URO, numa estratégia aplicada em duas etapas:

1. controlando o aparelho central dos sindicatos e, elegendo o presidente do MSR; todos os postos foram ocupados por funcionários do PCT;
2. subordinando os conselhos operários ao aparato sindical, lançando nas empresas uma estrutura sindical paralela: os "grupos sindicais".

Desta forma, foi fundado um sindicalismo centralizado, a moda do "sindicalismo tipo soviético". Na Frente Nacional, o PCT desenvolveu a sua política com base nas organizações de massa, tipo sindicatos.

No período entre 1945 e 1948, ocorreram mudanças importantes no país. A presença de uma classe operária numericamente forte e politicamente homogênea, além de um PC muito forte, aceleraram o ritmo das nacionalizações. Por exemplo, em marco de 1947, no setor público existiam 3.000 unidades de produção, sendo 16,4% na indústria e 61,2% de operários industriais. Os principais setores econômicos eram: minas, siderurgia, metalurgia, química, vidro, açúcar, energia. Estas mudanças ocorreram no quadro de um sistema político de coalizão: a Frente Nacional, composta de 6 partidos, com um bloco socialista (PCT, socialdemocracia e

partido socialista), formando a ala mais avançada.

Este período inicial do pós Guerra foi uma fase de trêgua e foram os anos mais dinâmicos do país. O período de reconstrução econômica se encerrou em 1948. O PCT formulou um plano quinquenal -1949 a 1953, visando mudar a gestão da economia para um sistema de planificação inspirado no modelo da URSS. Como resultado, no início dos anos 60, verificou-se a queda de crescimento do PIB e da renda nacional, conforme mostra o quadro abaixo:

| Ano | PIB | RN |
|------------|------------|-----------|
| 1961 | 7 | 6,8 |
| 1962 | 3 | 1,4 |
| 1963 | -0,1 | -2,2 |
| 1964 | 3,1 | 0,6 |

A crise econômica de 1963 teve um papel importante para o ano de 1968. A centralização das decisões econômicas, o monopólio do mercado externo, acarretaram mudanças na experiência tcheca. No campo socialista, a divisão do trabalho pós a Tchecoslováquia como fornecedora de equipamentos produtivos para os outros países. Isto trouxe uma mudança radical na estrutura de produção do país. Ao mesmo tempo, ocorreu a formação de um sistema hierárquico com base na autoridade do centro planificador e dos diretores de empresa; a concentração das decisões e dos meios financeiros com o fim de orienta-los para indústria pesada, o aumento do peso da indústria em detrimento da

agricultura, o início da campanha de coletivização da terra e com o objetivo de liberar força de trabalho para indústria, suprindo a carência de mão-de-obra. A tabela abaixo mostra a mudança operada pelo plano quinquenal na estrutura de produção:

Renda nacional na Tchecoslováquia (Praga - 1969)

| Ano | Indústria | Construção | Agricultura e Floresta | Comunicações | Comércio |
|------------|------------------|-------------------|-------------------------------|---------------------|-----------------|
| 1948 | 58,60 % | 7,00% | 22,10% | 3,70% | 8,60% |
| 1949 | 62,80 % | 8,40% | 18,00% | 3,50% | 7,30% |
| 1950 | 61,40 % | 8,70% | 17,40% | 3,30% | 9,20% |
| 1951 | 66,10 % | 9,30% | 14,30% | 3,20% | 7,10% |
| 1952 | 68,60 % | 9,60% | 11,50% | 3,30% | 7,00% |

Fonte: Nachtigal, Narodni duchod Ceskoslovenska

As raízes da crise tcheca residem nesta transformação do sistema de gestão da economia nacional e na mudança radical no comércio exterior. Este quadro foi acompanhado por uma onda política repressiva. De outro lado, a esclerose do PCT e a corrupção dos diretores de empresa, correspondiam cada vez mais, manifestações de resistência passiva dos trabalhadores, ocorreu um aumento constante dos custos sociais de reprodução, agravado pelo débil desenvolvimento tecnológico devido a rigidez do

sistema e sua lentidão em introduzir inovações tecnológicas. Verifica-se um crescente deterioramento da produtividade do trabalho. Neste sentido, o movimento social conhecido como "A Primavera de Praga", desenvolveu-se em condições históricas particulares:

- crise do regime de Novotny;
- lentidão no crescimento econômico, após a crise de 1963;
- crescente descontentamento da população;
- relação de conflitos entre tchecos e eslovacos.

Vladimir Fiser caracteriza da seguinte forma a Tchecoslováquia de 1968-69: um potencial econômico muito desenvolvido; a democracia tem uma grande tradição; alto nível de educação e qualificação dos operários.

O Movimento dos Conselhos Operários

Combinar uma democracia representativa de tipo parlamentar com uma democracia direta exercida pelos Conselhos operários, graças a autogestão dos cidadãos em todos os níveis (PELIKAN).

O movimento dos conselhos operários se desenvolveu entre dezembro de 1968 e junho de 1969. Numa primeira etapa, antes de janeiro 1968, a ideia dos conselhos foi defendida por economistas. Fiser

expõe a situação econômica do país neste período.

O país se desenvolveu entre 1950 e 1964 segundo o modelo extensivo de tipo soviético, a taxa de crescimento foi de cerca de 6% em média, para afundar entre 1961 e 1964 (-1% em 1962 e 0% em 1964). Esta taxa relativamente elevada nos anos 50, se explica pela reorientação economia: indústrias ligeiras e voltadas para exportação, substituídas, então, pela indústria pesada no quadro da política autárquica stalinista) e pela industrialização da parte oriental do país, a Eslováquia.

Nos anos 60, o sistema de planificação centralizada tinha se esgotado. Em um país de 14 milhões de habitantes, tinham se esgotado as reservas de mão-de-obra (menos de 1 milhão na agricultura, queda demográfica nas cidades), como também as possibilidades de aumento da produtividade do trabalho.

O crescimento acelerado do capital necessário aos investimentos nas novas empresas e nos novos canteiros, para manter o nível anterior de produção, privou o resto da indústria dos meios necessários para modernizar o aparelho produtivo existente e favorecer as indústrias de ponta. Este processo desenvolveu um desperdício de mão-de-obra não qualificada e manteve uma penúria relativa dos bens de consumo. O Estado evitou a explosão, consagrando uma parte do excedente em subvenções, alocadas nas empresas em dificuldades, fixando de forma centralizada e artificialmente os salários e os preços. Uma parte importante deste excedente serviu para o consumo da

burocracia central.

Desde 1963, uma reforma econômica foi tentada, visando indicadores objetivos e qualificados na economia: desconcentração da economia, autonomia maior para os chefes de empresa, dinamização da economia pelo mercado de bens de consumo e a abertura ao mercado mundial. Contudo, rapidamente, a reforma foi bloqueada pelas resistências no interior da elite dirigente e pela impossibilidade de controle das diretrizes 'as estruturas descentralizadas.

Entre 1966 e 1968, a reforma começou a ser realmente aplicada e a taxa de crescimento subiu (6 a 8%). Entretanto, a economia sofria de doenças velhas e novas. Velhas: superconsumo dos investimentos e das matérias-primas, atraso e obsolescência tecnológicos. Novos: dependência das importações, déficit comercial devido aos preços elevados, explosão das reivindicações salariais por longo tempo reprimidas, estoque de mercadorias, consumidores preferiam poupar, inflação".

Desde 1966, após o XII Congresso do PCT, uma "comissão para a gestão e organização" foi criada. Previa um sistema de cogestão nas fábricas, em torno de um Conselho composto de 1/3 de operários eleitos, e 1/3 de técnicos mais 1/3 representação do Estado. Este projeto veio a público em abril de 1968, alimentando a reflexão dos trabalhadores quando da fundação dos primeiros conselhos de trabalhadores, em junho 1968.

De junho a abril de 1968, a democratização se

desenvolveu lentamente. Nesse último mês, foi adotado o "Programa de ação" do PCT, prevendo a autogestão da propriedade social. Durante este período (junho-agosto), ocorre o fim da censura, a condenação dos stalinistas, uma avalanche de reivindicações setoriais, sobretudo, nos meios intelectuais. O aparato sindical se democratiza lentamente; muitos sindicalistas ligados ao governo Novotny, se demitem. Ota Sik torna-se primeiro ministro para a reforma econômica e, apela a iniciativa dos operários contra a burocracia.

A partir de 15 maio, várias comissões se reúnem para preparar a "lei sobre a Empresa Socialista". Surgem greves contra a incompetência dos diretores de empresa. Criam-se federações sindicais por categoria, novos sindicatos e uniões intersindicais; implode, então, o sindicalismo oficial.

A partir de junho, os conselhos operários foram fundados nas fábricas EKD - Praga e SKODA - Plzen, as maiores do país, após agosto, os sindicatos realizam uma Conferência dos órgãos de base e adotam uma posição radical em matéria de conselhos operários; reintroduzem, também, o direito de greve. No PCT, as decisões do congresso extraordinário de agosto 1968, são renegadas, sobretudo a proposta de um modelo auto gestor de base (empresas) e na cúpula (Câmara por setor de atividade). Ocorre, então, uma aproximação entre a esquerda dos dubcekianos e as organizações de massa.

Este Congresso extra do PCT, pertence aos grandes momentos da história das revoluções. Diante

da invasão soviética de 20-21 agosto 1968, ocorreu a convocação imediata do XIV Congresso extraordinário do PCT; realizado na fábrica CKD de Vysocany, na periferia operária de Praga. Estava regularmente convocado para 9 setembro 1968; tinha por objetivo, a elaboração dos Estatutos, implicando eleições via boletins secretos. Fixou-se o avanço da democracia socialista através dos órgãos de autogestão. Para Fisera, este Congresso figura como uma espécie de "Constituinte" da revolução dos de lei, sobre a "empresa socialista" foi publicado no final de janeiro 1969, 15 dias após a reunião nacional dos conselhos operários, de caráter preparatório e representando 190 empresas, num total de 890.000 trabalhadores (mais de 1/6 dos operários do país); a reunião ocorreu em Plzen.

Em fevereiro, este projeto de lei foi emendado, voltando ao modelo de cogestão. Entretanto, no movimento sindical crescia outra perspectiva: a autogestão. No Congresso Sindical, março 1969, já existiam cerca de 500 conselhos operários. Em abril, o reformista Dubcek foi substituído por Husak, no posto de secretário do PCT. O projeto de lei foi engavetado. A primeira medida do conselho nacional Theco, em abril, seria a suspensão do projeto de lei.

As reuniões de coordenação dos conselhos operários foram proibidas e a direção sindical decapitada. Em julho, o ministro da indústria iria interditar os conselhos operários, acusando-os de "anarco-sindicalismo", e de "liquidar a planificação central, o PCT, o Estado Socialista e os Sindicatos".

O movimento dos conselhos operários foi um fenômeno de massa: atingiu mais de 1.000.000 de trabalhadores, cerca de 80% dos ramos da economia.

5 Polônia: as lutas operárias na década de 1970 e a construção da rede pela autogestão (1980-81)

Em agosto de 1980, pouco mais de um século após a Comuna de Paris, a classe operária de Gdansk desencadeou um movimento grevista que teve a duração de 15 meses, criando em seu bojo, formas de auto-organização de caráter auto gestor.

A Polônia foi palco de numerosas lutas dos trabalhadores: 1956, 1970, 1976 e 1980. Assim, uma onda de longa duração de revoltas, rebeliões e revoluções, determinando esse país como o ‘elo fraco’ no bloco do ‘socialismo estatal’. A maturidade da classe operária polonesa foi fruto de um longo e lento amadurecimento.

Em agosto de 1980, os trabalhadores tinham como principal objetivo a formação de uma força autônoma real. A contestação operária se pôs fora das estruturas oficiais do poder (POUP-partido Comunista polonês, Sindicatos, etc) e buscou construir um poder autônomo.

As greves de 1980 tiveram início no mês de julho, no porto de Varsóvia e em Tczew, região de Gdansk. Em agosto, ocorreu a greve de 17.000 trabalhadores dos estaleiros navais “Lenine” de Gdansk, em protesto pela demissão da líder operária Anna Walentynowicz. Nas empresas da região de Gdansk foi criada uma ‘comissão de greve inter-fábricas (MKS), que tem como sede os estaleiros

“Lenine” e elabora uma plataforma de 21 pontos.

O dia 22 de setembro marca o fim das greves. É fundado o SOLIDARNOSC, constituído por 38 ‘comitês Inter fábricas’. Conta, então, com 10 milhões de filiados e representa 3.500 fábricas, agrupando 39 organizações regionais (MKZ), que se subdividem em sindicatos profissionais e seções de fábrica. Um sindicalismo de base e de massa.

Por sua vez, o movimento dos ‘Conselhos Operários’ teve início em abril de 1981. Nessa ocasião, as seções de Solidarnosc e dos canteiros navais de Gdansk e Szczecin deram início aos debates sobre a “Autogestão operária”. A situação era de enormes dificuldades econômicas, com as fábricas semiparalisadas e o PC (POUP) completamente paralisado, sem ação.

Em 14 e 15 de abril, foi realizada a Conferência de fundação do que ficou conhecido como a “Rede Autogestionária” das grandes empresas de Solidarnosc. Essa “Rede” reunia delegações de 17 regiões do país; ‘sub-redes’ foram formadas e várias reuniões nacionais e regionais foram realizadas. Entre várias delegações, a “Rede” agrupava os canteiros navais de Gdansk e Szczecin, das siderúrgicas de Cracovia, várias fábricas de Wrocław, a mina de carvão “Wujek”.

O primeiro encontro público da “Rede”, realizado em 8 de julho, em Gdansk, contou com a participação de 1.500 delegados das 150 principais empresas do país. Nessa época, a “rede” existia sob a forma de conselhos de gestão operária, em cerca de

3.000 empresas. No movimento auto gestor polonês encontramos, claramente, os sinais da atividade autônoma das massas: a fundação de órgãos democráticos de gestão das fábricas, nos conselhos de trabalhadores. A multiplicação desses conselhos, sua coordenação em nível regional e, as primeiras reuniões nacionais dos delegados operários, eis a expressão clara do movimento auto gestor.

Além da “Rede” autogestionária, dois outros grupos se destacaram neste movimento pela autogestão: os grupos de Lodz e Lublin, formando um bloco das correntes mais radicais da autogestão operária. Combinavam o desenvolvimento do ‘controle operário’ com a estratégia da ‘greve ativa’.

A “greve ativa”, marcada para o dia 21 dezembro de 1981, na região de Lodz, deveria assegurar a gestão operária da produção, o controle da distribuição de alimentos e a formação de ‘milícias operárias’. Em sua estratégia estavam previstos:

- favorecer a emergência da autogestão territorial, liberando a energia de milhões de trabalhadores;
- estimular a luta pelo poder político e pelas eleições livres;
- criar uma situação de ‘prolongamento da dualidade de poder’, baseada na formação de uma ‘Câmara autogestionária’ no parlamento, eleita democraticamente por todos os produtores assalariados, camponeses e artesãos individuais, concentrando todo o poder econômico do Estado.

Assim, portanto, ‘greve ativa’ e autogestão operária se generalizando no conjunto da vida social,

destruindo as instituições burocráticas e reestruturando por baixo a sociedade. Essas eram grandes linhas alternativas do movimento pela autogestão na Polônia.

A República Autogestionária

O Congresso Nacional de Solidarnosc, em outubro 1981, foi perpassado pela ideia de que a auto-organização e controle social em todos os níveis da sociedade são o caminho correto para à República autogestionária. Vejamos as suas principais Teses:

19^a. O pluralismo das ideias, sociais, políticas e culturais deve constituir a base da democracia na república autogerida.

A vida publica na Polônia necessita de profundas reformas que deverão conduzir à instauração definitiva da autogestão, da democracia e do pluralismo. Por isso, lutaremos também pela mudança das estruturas do Estado e pela criação e desenvolvimento das instituições independentes e autogeridas em todos os domínios da vida social (...)

20^a. A autogestão autentica é a garantia de uma república autogerida.

O sistema que liga o poder político ao poder econômico, baseado na ingerência permanente do partido no funcionamento das empresas, constitui a razão principal da crise atual da nossa economia (...). A única solução para mudar esta situação é a criação de comissões autogestionárias de trabalhadores que darão o verdadeiro poder de decisão ao pessoal das

empresas. O nosso sindicato reivindica a restauração do princípio da autogestão nas cooperativas(...)

21^a. As estruturas autogestionárias regionais, jurídica e financeiramente autônomas, devem representar realmente os interesses da população local.

A autenticidade da autogestão de uma estrutura regional é fundada sobre o princípio das eleições livres. As listas eleitorais deverão ser abertas a todos. Todos os candidatos são iguais. Uma grande campanha eleitoral deve ser organizada para permitir aos diferentes candidatos apresentar os seus pontos de vista. As próximas eleições deverão realizar-se nestas condições (...)

22^a. Os organismos e as estruturas da autogestão devem estar representados na mais alta instância do poder de Estado.

Consideramos útil examinar a necessidade de criar um organismo de autogestão no mais alto nível de poder do Estado. Ele terá por tarefa o controle da realização do programa de reformas econômicas e das atividades dos organismos autogestionários regionais(...).”

Em dezembro de 1983, dois anos após o Golpe militar, a Comissão de Coordenação de Solidarnosc (TKK), tomou iniciativa de realizar um encontro de 5 grandes empresas: a siderúrgica “Lenine”, a siderúrgica “Katowice”, a mina “Wujek”, a fábrica de aviões “Swidnik” e a fábrica de tratores “Ursus”. O encontro teve como objetivo a reativação da “Rede Autogestionária” das grandes empresas de

Solidarnosc. Decidiu-se, em plena clandestinidade, a continuação das atividades da “Rede”, sob as bases estabelecidas antes da decretação do “Estado de Guerra”.

T. Petkoff , em outubro de 1981, pouco antes da decretação do estado de Guerra na Polônia, assinalou:

Polônia marca hoje o terceiro grande momento da história das revoluções socialistas. O primeiro, obviamente, é 1917, na velha Rússia; revolução bolchevique. O segundo, 1948, cisma soviético-iugoslavo, que inaugura o caminho dos modelos nacionais de socialismo e que mediante a introdução da autogestão na Iugoslávia questiona a validade do modelo estatal e burocrático. O terceiro, é a Polônia. Não desconheço a importância da Hungria em 1956 e da Tchecoslováquia em 1968, porém trata-se de processos frustrados e que não alcançaram a cristalização em realizações concretas alternativas ao socialismo burocrático e policial.

Petkoff diz que a Polônia viveu um “genuíno movimento revolucionário de massas” e que, seu eixo central, a autogestão no conjunto da sociedade e a quebra do partido único, são uma superação da experiência iugoslava.

Sobre o autor

Claudio Nascimento é educador popular, com trabalhos no CEDAC (Centro de Ação Comunitária), equipe nacional da CUT, diretor de formação do Instituto Cajamar. Fez estágio sobre formação sindical na CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) - França. Educador na CUT-RJ. Educador no Projeto Economia Popular e Solidária do Governo Olívio Dutra-RS. Coordenador Projeto "Aliança Mundo Solidário"(PACS). Coordenador geral de educação na SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária); membro da Equipe pedagógica nacional da RECID; membro comitê pedagógico do CFES nacional. Equipe nacional Projeto REDEs Solidárias ADS-CUT. Autor de ensaios e livros sobre autogestão e educação popular, como, “Rosa Luxemburgo e Solidarnosc: autonomia e autogestão” (Marília: Lutas anticapital, 2018); “Do Beco dos Sapos aos canaviais de Catende” (Marília: Lutas anticapital, 2019); “A oposição sindical no exílio” (Marília: Lutas anticapital, 2019); “Autogestão e economia solidária” e “Pedagogia da Autogestão”. www.claudioautogestao.com.br